

O TEMPO

Tempo instável, com chuvas, melhorando no decorrer do período. Temperatura estável. Ventos do nordeste a sudeste, moderados.

Máxima — 27,3.
Mínima — 21,5.

Voices da Cidade

Jódo Lira Fl. O ministro do Trabalho, Dr. Carlos Lacerda, foi eleito para a Prefeitura, foi encarregado de escrever um livro sobre a história da Prefeitura, de onde o maior colunista é a própria Prefeitura, conta ser reeleito para o Banco na assembleia de abril próximo.

O industrial Baby Pignatari voltou ao Rio. Aqui veio aguardar, juntamente com os representantes da Aluminium Union, os resultados da eleição do Banco do Brasil a respeito da documentação apresentada a sua apreciação sobre a Electro Química, que, como se sabe, vai ser vendida à Aluminium Union, o maior consórcio americano de alumínio.

O presidente Dutra suspenderá sua temporada de verão em Petrópolis amanhã, sábado.

O primeiro grupo de capitalistas chineses que vem para o Brasil, lá deixou Hong-Kong, devendo chegar a um dos portos brasileiros do extremo sul dentro de poucos dias. Tem eles o apoio de vários bancos norte-americanos. O grupo em que viajam, e que é de sua propriedade, navega sob bandeira síria. Trairão a bordo, para instalar no Brasil, uma fábrica de cigarros e três auto-móveis "Cadillac". Simultaneamente conseguirão, visto do governo brasileiro para a entrada em território nacional, de cinco mil chineses. O próximo grupo trará material e maquinaria para a instalação de uma usina siderúrgica.

O único componente da Mesa do Senado que ontem não foi reeleito, foi o sr. Roberto Glaeser, do PSD do Paraná. Também foi o único membro da Comissão Divisora que em quatro anos de existência nunca presidiu uma sessão.

JOSE DO RIO

Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.
SESSENTA ANOS DE BONS SERVIÇOS

MINISTRO QUERENDO ELEGER-SE BASTA SAIR A 3 DE JULHO

Clovis Pestana demite-se para candidatar-se

Em carta datada de 7 de março, o sr. Clovis Pestana, ministro da Viação solicitou ao general Dutra demissão do cargo que ocupa para poder se candidatar a deputado federal pelo Rio Grande.

Ontem, o presidente da República endossou ao seu ministro demissionário a aceitação da sua renúncia, confirmando que o prazo legal para a necessidade de compatibilização termina em 3 de julho, e pedindo que o sr. Pestana aguardasse mais uns dias o seu substituto. O chefe do governo em sua carta esclarece que era sua intenção conservar o atual Ministério até o final do seu Governo, mas não acha justo, porém, conservar em sua administração alguns brasileiros eminentes, "privando os futuros postos eletivos das suas luzes e cortando-lhes as carreiras por um período mínimo de cinco anos".

Nereu conferência com Góis

O sr. Nereu Ramos, que vem trabalhando ativamente na candidatura do sr. Afonso Pena Junior, teve ontem no Senado demorada conferência com o general Góis Monteiro.

PR e PENA

O senador Bernardino Filho, abordado ontem pela nossa reportagem à porta do Jockey Club, sobre a posição do PR em face da candidatura do sr. Afonso Pena Junior, declarou o seguinte: — Não tenho dúvidas que no Partido Republicano o nome do sr. Afonso Pena Junior terá plena receptividade. E um dos melhores nomes de Minas e estou certo que o PR dará todo o seu apoio.

PUBLICAREMOS AMANHÃ:

O maior bestialógico do ano

A conferência do general Mendes de Moraes em Petrópolis bate todos os recordes.

SUMÁRIO:

- Cometer a veledade
- Adução sentimental
- A linha no calor
- Espiador animal
- & Cia. Ltda.
- A escuridão falante
- Confissões do cidadão Moraes
- Versalhes e a cabreira
- Amor e calor
- Chamou Petrópolis de estábulo
- Declamação em solo de flauta.

O P.S.D. gaúcho nada resolveu

PORTO ALEGRE, 17 (Do correspondente) — Apesar do desejo manifesto de diversos diretores municipais no sentido de que o PSD apoie o nome do ministro Adroaldo Meneguia da Costa para a presidência da República e do sr. Clon Rosa para governador, o PSD gaúcho fará todo o possível para que durante a sua convenção não sejam abordadas essas duas candidaturas, principalmente a do sr. Clon Rosa, por acharem que o problema estadual somente deve ser ventilado após a solução definitiva do PSD, quanto à sucessão, no plano federal.

O coronel Marcial Terra, presidente em exercício da seção gaúcha do PSD tem desenvolvido in-

(Conclui na 3ª página)

Os sete pontos de fricção entre o mundo comunista e o mundo democrático

Acheson define a posição dos Estados Unidos — Apelo à Rússia

"Os dois mundos devem coexistir se não no respeito mútuo pelo menos em razoável segurança, como coexistem o bem e o mal"

BERKELEY, 17 (AFP) — O discurso do Secretário de Estado Acheson será provavelmente conhecido sob o nome de "Discurso dos 7 Pontos". Enuncia, efetivamente, sete pontos de fricção imediatos e essenciais entre o mundo comunista e o mundo democrático, que a URSS deveria, em boa fé, esforçar-se por eliminar, se os dois mundos tivessem de coexistir. "Senão no respeito mútuo, pelo menos em razoável segurança", como "coexistem o bem e o mal em todas as manifestações da vida humana". São os seguintes os sete pontos: 1) o fato de que, cinco anos após sua vitória, os aliados não tenham podido definir os termos da paz com as nações vencidas e, segundo Acheson, "grave e muito inquietante". "Os Estados Unidos, afirma ele, não têm a intenção de criar satélites, mas não podem aceitar uma solução que transforme a Alemanha, o Japão e a Áustria, libertados, em satélites da União Soviética".

No que diz respeito à Alemanha, "a unificação sob um governo escolhido em eleições livres, controladas por observadores internacionais" é um elemento fundamental na solução do problema, afirma o Secretário de Estado.

No que diz respeito à Áustria, Acheson declara que "a independência política e econômica dessa desgraciada país está sendo sabotada por determinação russa — difundida em círculos técnicos — de manter suas tropas a servir aos interesses especiais do leste da Áustria".

Quanto ao Japão, o Secretário de Estado acha que os dirigentes soviéticos poderiam reconhecer o interesse que têm outras nações, que não se representada no Conselho de Ministros de Assun-

(Conclui na 3ª pag.)



ACHESON

4 governadores do PSD já apoiam Afonso Pena Jr.

Os governadores Barbosa Lima, de Pernambuco, Edmundo Macedo Soares e Silva, do Estado do Rio, Adalberto Ramos, de Santa Catarina, e José Varella, do Rio Grande do Norte, já manifestaram a sua intenção de apoiar a candidatura interpartidária do sr. Afonso Pena Jr., dependendo — é claro — da decisão final do seu partido, no caso dos srs. Barbosa Lima e Adalberto Ramos, e independentes de qualquer decisão os srs. Macedo Soares e José Varella, que já romperam com o PSD.

O apoio do governador de Pernambuco e, se assim se pode dizer, o ainda mais significativo apoio do de Santa Catarina representam dois importantes indícios do progresso malgrado da conspiração palaciana para promover a continuação do general Dutra no poder depois do prazo marcado pela Constituição.

A CAMARA NÃO QUER TOURADAS

O projeto que revoga a Lei de Proteção dos Animais com o objetivo de permitir a realização de touradas no Brasil vai descer no plenário da Câmara. Redigido de maneira capenga pelo seu autor, o deputado Olinto Fonseca, só agora vai ter oportunidade de ser conhecido. Nas comissões passou sem despertar maior interesse dado o pequeno número de parlamentares presentes no período convocatório.

Agora, entretanto, a maioria já conhece o sentido oculto da proposição que, no dizer do presidente do PR, não deve ser aprovada. Hoje, disse o sr. Bernardes, legisla-se a favor e não contra os animais. As touradas são um espetáculo embrutecedor. Assim também pensam, entre outros, os srs. Hermes Lima, Nelson Carneiro, Augusto Viegas, Pereira da Silva, Cândido Ferraz (que subcreveu o projeto, por engano) e outros.

SENADO 2.ª-FEIRA

Segunda-feira próxima deverá constar da Ordem do Dia do Senado, as seguintes importantes matérias:

- 1 — Projeto que dispõe sobre os bens dos súditos do eixo: receberá emendas e voltará às comissões;
- 2 — Organização Judiciária do Distrito Federal;
- 3 — Votação da redação final da lei de impeachment (aprovada lá a sanção presidencial).

EM 10 DIAS O PARECER SOBRE O MANDATO DE DUTRA

Falam o relator e o autor da proposta na justiça eleitoral

Não recebi nenhuma solicitação de membros do governo para relatar contrariamente a indicação do professor Sá Filho que fixa o termo do mandato presidencial, afirmou o relator, ministro Machado Guimarães. Nem adiantaria, porque, durante toda a minha vida, tenho procedido sempre de acordo com a minha consciência. Se ainda não dei meu parecer, foi por ter recebido a referida indicação nos últimos dias de janeiro tendo o Tribunal entrado imediatamente em férias. Agora, espero haver número para dar o meu voto que, posso lhe garantir, será dado dentro de 10 dias no máximo.

FALA O PROFESSOR SA' FILHO

A alegação de que o término do mandato presidencial estava implícito na primeira indicação por mim apresentada ao Tribunal Eleitoral, de fato tinha sua razão de ser, declarou-nos o professor Sá Filho. Estava implícito mas não explícito, motivo pelo qual resolvi promover um pronunciamento definitivo do órgão competente.

DEPENDE DO LIDER A LEI ELEITORAL

O Presidente só comparecerá ao Tribunal depois de aprovado o projeto — Explode o relator Capanema

O Tribunal Eleitoral enviou à Mesa da Câmara um dramático apelo cuja íntegra publicamos em outro local. Aquela alta Corte de Justiça está, praticamente, sem serviço por falta de leis a interpretar e executar.

A propósito desse apelo o sr. Munhoz da Rocha, 1.º Secretário da Mesa, disse: — A votação final da Lei Eleitoral poderá ser incluída na Ordem do Dia da sessão de segunda-feira. Bastará que o sr. Azeiteiro Torres, na sua qualidade de líder, resolva se dirigir ao Presidente fazendo o pedido dessa inclusão.

RAZÕES DO RELATOR

Ainda sobre o assunto ouvimos o sr. Gustavo Capanema. O representante mineiro, por sinal, prometeu-nos fornecer um resumo das principais modificações propostas para a nossa legislação eleitoral. Ficou de entregar hoje. Na oportunidade defendeu-se das acusações que lhe têm sido feitas como principal responsável pelo moroso andamento da importante proposição.

PREÇO: 10 MILHOES

— Estive até hoje calado, — disse o deputado mineiro, — cuja voz foi se alterando no decorrer da explicação. Mas vocês, são criaturas impossíveis! Não enumerarei a série de razões de toda a ordem, que influem para que leis como a eleitoral, a bancária, a do inquilinato, o plano Salte, e outras da maior importância para a vida do País, ainda não tenham sido aprovadas. Seria impossível fazê-lo nos limites de uma conversa.

E continua: — Dizem que prendi o projeto para impedir a realização das eleições gerais em outubro. Dizem que desejo proporcionar ao presidente Dutra mais um ano de governo em troca de um ministério. Dizem. Mas eu autorizo a divulgação do seguinte: Não quero um ministério e um dinheiro. Moeda corrente. Nada menos de dez milhões de cruzeiros, disse, com visível raiva, o deputado mineiro. E repetiu: Sim, dez milhões. Este o preço da minha microsidade em relatar

VEIO RECOLHER MATERIAL

De Macéio informa a Avapress o embarque do escultor local Leonardo Viana que vem ao Rio "adquirir o material necessário à confecção da estátua do general Góis".

Não se adiantam detalhes sobre se a estátua será equestre ou pedestre. Mas, quanto a material, poder-se-ia ceder gostosamente um pouco do ferro que vai sair do morro de Santo Antônio. Pois o barro é o material mais nobre que se pode dar a uma estátua do sr. Góis Monteiro.

Prezada leitora

Tendo sido noticiado, a propósito do notado do ator Sérgio Cardoso (1.ª página), que ele é cariceiro, V. nos escreve estranhando, pois sabe que ele é parense. E tem razão. Desculpe.

as centenas de complicadas emendas apresentadas ao projeto eleitoral!

Calmo o sr. Capanema, de cuja honestidade ninguém jamais duvidou (foi ministro vários anos durante a ditadura, e saiu pobre) voltou a dizer que os jornalistas não o deixam em paz. Recebe dezenas de perguntas por dia, todas versando sobre o andamento da lei eleitoral. E essas indagações deixam transparecer a intenção de censurá-lo pelo atraso do projeto.

NAO PRESIDIRA' O S.T.E.

O deputado José Bonifácio, que ia passando, percebendo que o sr. Capanema falava sobre a Lei Eleitoral, num tom de amistosa ameaça, disse:

O ministro Lafayette (irmão de José Bonifácio e presidente do Superior Tribunal Eleitoral) está danado com você, Capanema. Disse que não presidirá as sessões do Tribunal enquanto o projeto não for aprovado. Vou te interpelar da tribuna para conhecer das poderosas razões de Estado que o levaram a engavetar a Lei Eleitoral!

Haverá uma terceira guerra mundial?

"Não acredito na possibilidade de nenhum entendimento útil com o Kremlin".

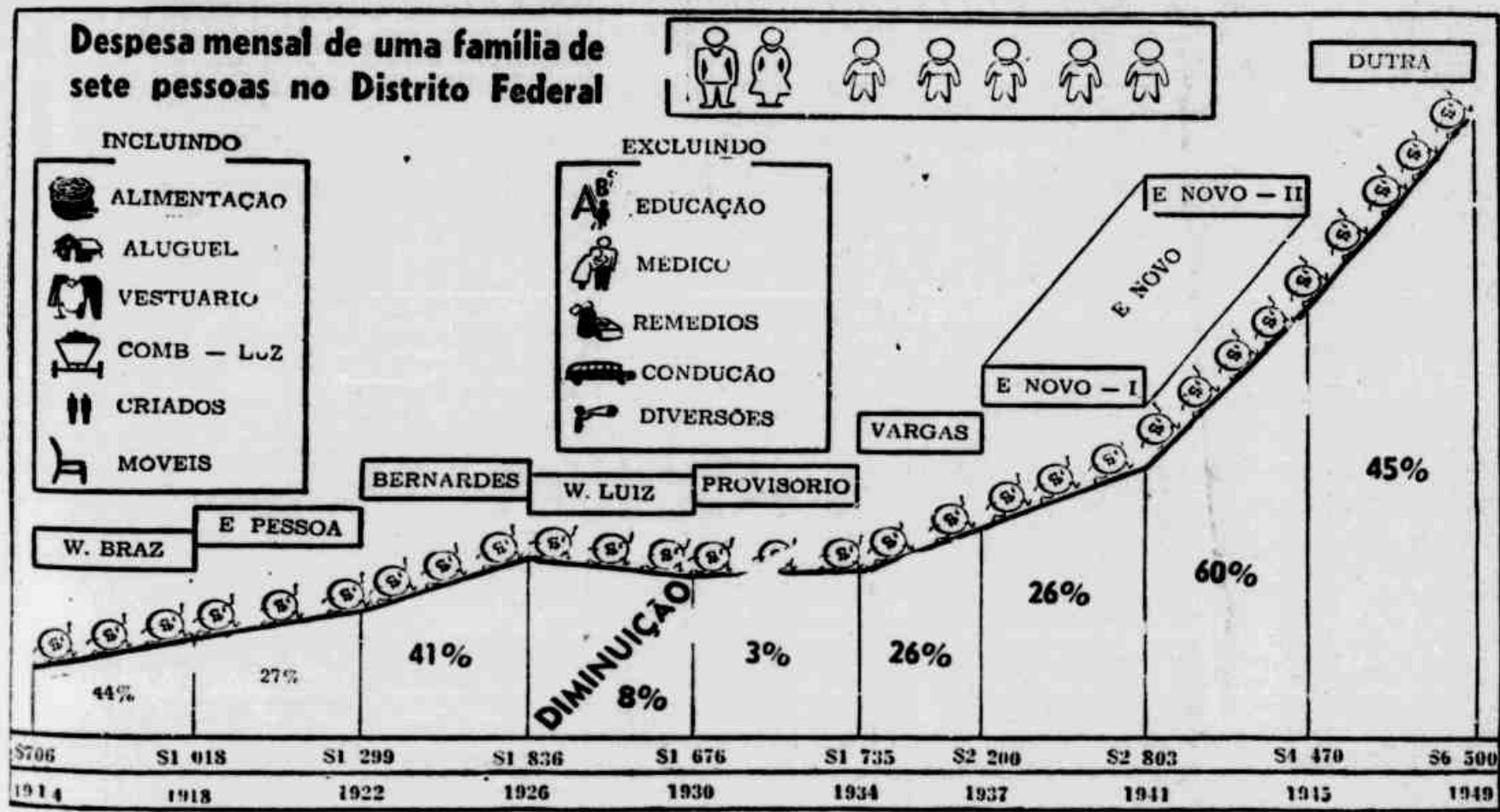
"Não concordo com os que acham que a bomba de hidrogênio não devia ser fabricada".

Conclusões de BERTRAND RUSSELL num artigo exclusivo

Sábado na página 4 NA TRIBUNA DA IMPRENSA

A CONVENÇÃO DA UDN

Informações ainda não confirmadas, dizem que a UDN pretende realizar sua Convenção Nacional no próximo dia 15 de abril.



20 bilhões de cruzeiros em café queimado

Cêrca de oitenta milhões de sacas destruídas de 1931 a 1944 — Recorde de destruição no ano da implantação do "Estado Novo"

20.713.000 sacas, contendo cada uma 60 quilos de café, foram destruídas entre 10 de janeiro de 1931 e 31 de julho de 1944. Para que se possa ter uma ideia de que foi essa operação, basta dizer que a exportação recorde do produto, registrada no ano passado, atingiu pouco mais de 10.000.000 de sacas. Portanto, o café queimado equivalia a quatro vezes os referidos embarques. Em 1931 foram lançadas as primeiras sacas de café queimado para 3.370.000 sacas.

O telegrama do general Canrobert

Se a demagogia do civil é perigosa, a do militar é mortal.

Artigo de CARLOS LACERDA Hoje, na página 4

ANUNCIOS EXPRESSOS 32-8184

Subiu de 45% o custo de vida de 45 para 49

Uma família com 7 filhos necessita de Cr\$ 6.500,00 para viver — Estatísticas do Ministério do Trabalho

A elevação do custo de vida no Distrito Federal, assim como no resto do país, tem obedecido a um ritmo vertiginoso. As estatísticas que nos referimos no gráfico são as únicas oficiais e foram elaboradas pelo Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho. Provavelmente elas não sejam certas. A elevação do custo de vida deve ter sido bem maior. Mas, infelizmente, não podemos lançar mão de outras estatísticas que não sejam as oficiais. Não existem no Brasil institutos sérios que façam levantamentos que possam ser considerados confiáveis por conta própria.

DE 1914 A 1949 No período compreendido entre 1914 e 1949 o custo de vida no Distrito Federal, para uma família de 7 pessoas, da classe média, variou entre de \$225,00. Emquanto em 1914 custava para manter uma família de 7 pessoas com o custo de vida de \$225,00, em 1949 custava para manter uma família de 7 pessoas com o custo de vida de \$6.500,00. A elevação do custo de vida foi de 45% para 49.

Majoradas as anuidades dos colégios

Desrespeitados portarias e avisos do Ministério da Educação — Os pais não ganham para pagar as escolas

A quase totalidade dos estabelecimentos de ensino particular desta capital ou, mais precisamente, 90% dos colégios, aumentaram as taxas e as anuidades, não obstante o aviso do Ministério da Educação, ontem divulgado, informando que não autorizava nenhum aumento das taxas.

Antes desse aviso, já havia o Ministério baixado uma portaria proibindo a instituição das taxas e o aumento das anuidades escolares sem prévia autorização do ministro.

ALEGACÃO DOS PROPRIETÁRIOS

Os proprietários dos colégios justificam a majoração das taxas no aumento dos salários que se-

ria dado aos professores. No entanto, como demonstram as reclamações e notas do Sindicato dos Professores, os vencimentos não foram aumentados. Não obstante, as matrículas deste ano já foram pagas com os preços majorados.

Já tempos uma comissão de técnicos do Ministério da Educação concluiu um relatório, segundo o qual a maioria dos chefes de família não ganha o suficiente para manter seus filhos nas escolas secundárias aos preços atuais. Observaram os técnicos, no entanto, que não havia na legislação nenhum dispositivo que permitisse o tabelamento do ensino.

DESRESPEITO A PORTARIA

A portaria do Ministério da Educação, determinando que os aumentos das taxas e anuidades só poderia ser feito com prévia autorização do ministro, foi desrespeitada pelos donos dos colégios, tendo os pais e responsáveis dos alunos de pagar a majoração, pois de outro modo não poderiam matricular seus filhos.

OS ESTUDANTES NADA PUDERAM FAZER

As primeiras notícias de que as taxas e anuidades iriam ser aumentadas, os estudantes secundários começaram a movimentar-se. Nas proximidades dos colégios, surgiram inscrições protestando contra o aumento. A entidade estudantil secundária iniciou a mobilização dos alunos para um protesto geral. Quando tudo parecia que os alunos conseguiriam reunir-se, o ministro da Educação proibiu que a UNE cedesse os seus salões para a reunião dos estudantes secundários, interditando a sua sede, fato bastante noticiado.

Os estudantes nada puderam fazer e, assim, a maioria dos proprietários dos colégios pôde aumentar as taxas e anuidades, desrespeitando portarias e avisos do Ministério da Educação.

Roubado em 8 mil cruzeiros

Eduardo Francisco dos Santos, morador na rua Silva Rosa, 57, queixou-se à polícia do 20.º distrito, de que cerca das 20 horas de ontem, os amigos do alheio penetraram no interior de sua moradia e dali carregaram jóias e vários objetos avaliados em 8 mil cruzeiros.

Os motoristas de ônibus

querem abolir a folha corrida Vão apresentar um memorial ao chefe de Polícia — Ainda à espera da decisão da Justiça do Trabalho

Estão sendo colhidas assinaturas entre os motoristas de ônibus para um abaixo-assinado ao chefe de polícia, solicitando-lhe a revogação da portaria que determinou a exigência do atestado de bons antecedentes para que o motorista profissional possa matricular-se em empresa de ônibus nesta capital. O abaixo-assinado deverá ser entregue no dia 27 do corrente, por uma comissão, ao general Lima Câmara.

AS ALEGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS

Os motoristas alegam que, muitas vezes, por motivos alheios à sua vontade, são envolvidos em acidentes e acidentes, com abertura de processos judiciais que, frequentemente, resultam em condenações judiciais.

Pela portaria cuja revogação é reivindicada, durante o tempo em que fica respondendo a pro-

cesso, o motorista está impossibilitado de exercer a sua profissão, pois não pode obter folha corrida necessária para o novo emprego, criando-se assim sérias dificuldades para os chauffeurs e suas famílias.

EXTINÇÃO DA FILA ÚNICA

No abaixo-assinado que será entregue ao chefe de polícia, os motoristas pediram também a extinção da fila única dos ônibus, que impede a passagem dum veículo pelo outro. Argumentam que a fila única pode justificar-se na avenida Rio Branco, que é estreita para permitir fila dupla, rodando no mesmo sentido. Mas o mesmo não acontece nas avenidas Presidente Vargas, Belmar e praça de Botafogo e outras.

A ESPERA DA DECISÃO

Os motoristas e demais trabalhadores em ônibus estão ainda à espera da decisão do Tribunal Superior do Trabalho nos embargos interpostos ao acordo que decidiu favoravelmente aos motoristas, trocadores e despachantes de ônibus a questão do aumento de salários.

O processo está em mãos de ministros do Tribunal e as empresas, aproveitando o tempo, recusam-se a pagar o aumento concedido ou o fazem apenas a uma pequena parte de seus empregados, chegando a 20%.

Os motoristas que reclamam o aumento, o que tem sido causa de apresentação de inúmeras queixas na Justiça do Trabalho.

FORO

A adiada o julgamento

O julgamento do réu Serafim Alves Barbosa, marcado para ontem no Tribunal do Júri, foi transferido por não haver comparecido os defensores do acusado.

RECORRERÁ O PROMOTOR

O juiz Eugênio Martins Pinto, titular da 5.ª Vara Criminal, vem de proferir sentença absolutoria em favor do indivíduo Joaquim Mendes de Moraes, que fora processado por crime de furto. O réu alega que não houve o roubo, mas o juiz Martins Pinto, quando os autos foram conclusos para a sentença, fez baixar em diligência para aditamento da denúncia, capitulando o crime de roubo.

O acusado foi absolvido por falta de provas, porém o promotor de exercício naquela Vara apelará da sentença.

Promovido, elogiado e demitido do S. Sebastião

Ouvindo o médico Francisco Gugliotti — Por merecimento, duas vezes, no mesmo ano

Ouvindo, ontem, em sua residência, o médico Francisco Gugliotti, que, durante mais de cinco anos, dirigiu o Hospital São Sebastião, o diretor do Hospital, Sr. Francisco Gugliotti, foi promovido por merecimento, tendo sido, também, várias vezes elogiado pelo próprio Prefeito.

— Atribuo o meu afastamento, disse o diretor do Departamento de Tuberculose, Sr. Francisco Gugliotti, a quem substitui na direção daquele nosocomio, que não querendo que o meu esforço em prol da luta contra a tuberculose ficasse em evidência, solicitou a minha exoneração.

DESEJO MOCO NO SÃO SEBASTIÃO

Logo o segundo ano de medicina começou a dedicar os seus esforços e boa vontade na luta contra a peste branca. E foi no Hospital São Sebastião que ingressou ainda como estudante, onde durante 20 anos, aprendeu os seus serviços como médico, sendo que os últimos 5 anos como diretor.

— Soube que os doentes e funcionários vão dirigir-se ao Prefeito, pedindo a minha volta para o Hospital São Sebastião.

Mortes violentas no Rio e Niterói

(De 8 a 15 de março de 1950)

ATROPELAMENTOS-8

8 9 10 11 12 13 14 15

SUICÍDIOS-3

8 9 10 11 12 13 14 15

DESASTRES-4

8 9 10 11 12 13 14 15

HOMICÍDIOS-3

8 9 10 11 12 13 14 15

O total de mortes violentas em 1949, no período em estudo, foi de 20. O número de mortes violentas no mesmo período da registrada para os primeiros dias do mês corrente. Os oito dias em apreço, foram assim: dois meninos fustigados por irmãos e infernantes, no que diz respeito às mortes violentas.

No entanto, os atropelamentos voltaram a causar maior número de mortes que no período de 1 a 7 de março.

Preso indigitado o ex-gangster norte-americano

D. Fernando Navarro pretendia fixar residência no Brasil

Atendendo solicitação da polícia americana o delegado Fernando B. Ribeiro deteve ontem, na Rua Nossa Senhora de Copacabana, 346, Fernando Navarro, espanhol, naturalizado americano, com 60 anos de idade, apontado como um dos remanescentes da quadrilha que infestava Chicago durante o período da 1.ª década.

Fernando Navarro encontra-se no Brasil há cerca de três meses. Desde que terminada a proibição de bebidas, tendo acumulado uma fortuna calculada em mais de 600 milhões de dólares, abandonou a vida irregular que levava. Entretanto, isso de nada lhe valeu pois, a polícia americana continuou a persegui-lo, querendo dar-lhe o mesmo destino de Al Capone.

Vendo resultar infrutífera toda a sua vontade de continuar vivendo na América do Norte, ele, finalmente, veio para a América do Sul tendo residência na Argentina, Uruguai e Bolívia, preferindo por último fixar residência no Brasil, onde esperava encontrar em iniciativas particulares, a sua grande fortuna.

D. Fernando Navarro declarou não saber o motivo de sua prisão. Terminada a 1.ª década, recolhera-se à vida privada, nada tendo feito para merecer as atenções da polícia americana.

O sr. Alfredo Tranjan impetrou uma ordem de "Habeas-corpus" em favor do ex-gangster.

Uma decisão da Comissão de Enquadramento Sindical

A Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho deliberou, hoje, sobre os cabineiros podem filiar-se ao Sindicato dos Cabineiros. A decisão foi tomada a pedido dessa entidade, que solicitava a transferência para o seu quadro de todos os cabineiros de elevadores associados em outras entidades de classe. Determinou ainda a Comissão que o Imposto sindical dos cabineiros de elevadores será descontado durante a favor do Sindicato dos Cabineiros. Resolveu ainda, que a sindicalização é livre, filiando-se ao sindicato os que quiserem.

Para apreciar a Lei Mangabeira

Reunir-se-á, amanhã, o Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a fim de apreciar e votar o relatório e o balanço referente a 1949 e as sugestões enviadas pelas associações filiadas sobre o projeto de lei apresentado pelo deputado João Mangabeira, referente às eleições sindicais, especialmente sobre o direito de voto aos não sindicalizados.

Adiado o julgamento da reclamação dos ferroviários da Leopoldina

O presidente da 5.ª Junta de Conciliação e Julgamento, adiou para o próximo dia 6 de abril, às 14.30, o julgamento da reclamação de 25 trabalhadores da Leopoldina, que pleiteiam o pagamento de 40% sobre as horas extras.

O dissídio dos Comerciantes

Está no Tribunal Regional do Trabalho, aguardando pauta para julgamento o processo de dissídio coletivo dos comerciantes cariocas já devolvido ao presidente daquele Tribunal pelo juiz Homero Prates, revisor do feito.

Calcula-se que até o dia 25 do corrente, seja o caso submetido ao julgamento se antes disso não se realizar uma sessão extraordinária do TRF, convocada especialmente para dar pressa ao desfecho do litígio.

Aumento de salários para os empregados de Força e Luz de Curitiba

O Tribunal Superior do Trabalho negou ontem o recurso interposto pela Cia. Força e Luz de Curitiba, contra a decisão do Tribunal Regional da Segunda Regional, que concedera aumento de 60% sobre os salários dos trabalhadores daquela empresa.

O aumento será pago a partir de 1 de janeiro deste ano.

Julgamento de dissídio coletivo

No próximo dia 20, o Tribunal Regional do Trabalho julgará o dissídio coletivo interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos, Farmacêuticos, Perfumarias, Tintas e Vernizes, contra o sindicato patronal. Esse dissídio foi suscitado em 1948 e parece que agora terá a sua solução.

Julgamento de rescisão de contrato de trabalho

No próximo dia 21, na 7.ª Junta de Conciliação e Julgamento, será julgada a rescisão do contrato de trabalho entre a firma "Metalúrgica e Construtora S. A." e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro.

Convocada a Assembleia dos Carpinteiros Navais

Foi convocada para amanhã, às 17 horas, na sede do Sindicato Nacional dos Carpinteiros Navais, a assembleia geral da classe, para apreciação e votação do relatório e balanço referentes ao ano de 1949.

Capotou o caminhão na av. Pres. Vargas

Na av. Presidente Vargas, próximo ao sinal luminoso existente na rua Machado Coelho, o motorista do auto-caminhão chapa 26-83-30, entrou contra-mão resultando daí colidir violentamente com o auto-ônibus chapa 8-17-85 e capotou a seguir.

Houve somente danos materiais não se registrando, felizmente, nenhuma vítima.

Hidrófobo um cão do Itamarati

Foi constatado, em exame do Instituto Pasteur, que o cão do Itamarati está com raiva. O Departamento de Veterinária da Prefeitura comunica que todas as pessoas que estiverem em contato com o referido animal ou tenham sido mordidas por ele devem procurar o Instituto Pasteur, com urgência, para serem medicadas.

Além disso, foram constatados mais 3 casos de hidrofobia em cães procedentes dos seguintes locais:

Rua Moraes, 55, Vaz Lobo; rua João Barbalho, 305, Quintino; rua Capitão Francisco Cabral, 42, Mendes.

POR QUE?

Não podem mais os passageiros da V.ção Elite suportar o desastre de deslizar em 53 e 54 daquela empresa, que fazem a linha Castelo-Praça-Buenos Aires. Para no fim de uma ideia da situação, é o dizer-se que quando chegam ao fim da viagem, os passageiros são obrigados a descerem dos bancos traseiros, quebrado que foi com os sacoleiros das viagens. O pior, entretanto, é que a V.ção Elite dispõe apenas, segundo nos comunicou um leitor, de três carros. Tendo, consequentemente, os mesmos viajantes superlotados, com grande risco para a vida dos passageiros. E por contar apenas com três carros, uma tempestade se leva a espera de um desses veículos com prejuízo para aqueles que têm obrigações a cumprir a hora certa. Os apelos feitos têm sido em vão, pelo que perguntamos se a V.ção Elite não tem meios de dotar suas linhas de ônibus modernos, por que a Prefeitura não cassa a concessão de linhas, fofa dada para a sua exploração?

Por que?

Ha vários dias que a rede de esgotos da rua da Praia, esquina de Duque de Caxias, Leblon se encontra entupida. Como resultado, os dejetos se espalham em determinadas trechos da praia tornando-a inutilizável. A situação vem se agravando dia para dia, sem que uma providência dos responsáveis se faça sentir.

Legal, mas imoral o dissídio ex-ofício dos bancários

Condenada a manobra ministerialista — Recurso judicial

Os bancários continuam reagindo contra o ato do ministro Honório Monteiro solicitando a Procuradoria do Trabalho a instauração de processo de dissídio coletivo para decidir a questão do aumento de salários para os bancários.

CONDENAMOS A MANOBRAS

Outro bancário, Osvaldo Marques da Silva, disse que, com o seu gesto de pedir a instauração do dissídio coletivo, a Junta Governativa cometeu o maior crime contra a sua própria classe, colocando a conservação de seus direitos em risco. Os bancários de solidariedade. Devem estar sempre na lembrança que a atual situação não é eterna e que são bancários.

A classe condena a manobra, que só fez reafirmar o prestigio da Comissão de Defesa. Os bancários já estavam começando a cansar-se da agitação estéril que vinha da desorganização. O gesto trágico da Junta somente serviu para reduzir os braços dos agitadores.

E' evidente que os bancários não aceitarão a decisão da Justiça do Trabalho, contra que já se pronunciaram dentro o contrato de trabalho com o Sindicato dos Bancários. Há recursos judiciais, mesmo dentro da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a vontade da classe seja ouvida.

A instauração ex-ofício do dissídio coletivo vem criar uma situação grave no seio dos bancários, cujas consequências são imprevisíveis.

VAI OPINAR O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO SINDICAL

A Comissão Executiva do Movimento de Libertação Sindical reuniu-se hoje, às 19 horas, na avenida Marechal Floriano Peixoto, 207, 2.º andar, devendo apreciar a determinação do ministro do Trabalho mandando instaurar ex-ofício o dissídio coletivo.

REUNIU O GRUPO PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS

Para apreciar a atual situação da classe, deveria reunir-se nos primeiros dias da semana vindoura o grupo profissional dos bancários do Partido Socialista Brasileiro.

Assembleia no Sindicato dos Fogueiros

Amanhã, às 15 horas, na sede do Sindicato Nacional dos Fogueiros da Marinha Mercante, a Assembleia de Defesa, poderá o Ministério ou a própria Junta.

LOJA E ESCRITÓRIO

AVENIDA ALTE. BARROSO, 97

FABRICA E DEPOSITO RUA FRANCISCO MANOEL, 54

VENDEM-SE OS ULTIMOS APARTAMENTOS

COM "HABITE-SE" — PÔSTO 6 — LOCALIZADOS NO 9.º E 10.º PAVIMENTOS, COM 3 QUARTOS, 2 SALAS, VARANDA, TERRAÇO, COZINHA COMPLETA E DEPENDÊNCIAS PARA EMPREGADA ETC.

FINANCIAMENTO DO I.A.P.I.

RUA FRANCISCO SA', 38

VER NO LOCAL E INFORMAÇÕES:

SEVERO & VILLARES S/A.

Av. Franklin Roosevelt, 137 — 9.º andar

ANÚNCIOS EXPRESSOS

32-8184

MEDICOS

ANÁLISES CLÍNICAS

Dr. Adhemar Ferrari

Dr. Bernardino Pinto Gomes

Dr. Hugo Severiano Ribeiro

Dr. J. Riba-Mar de Carvalho Fontes

Dr. José Arthur Rios

BANCOS E CASAS DE CRÉDITO

Banco Figueiredo

Banco Financeiro do Brasil S.A.

CORRETORES

FUNDOS PÚBLICOS

Gustavo A. de Carvalho

Luiz J. C. Menezes

DENTISTAS

J. A. da Silva Campos

DESAPACHANTES

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

Despachante Porto

DOENÇAS SEXUAIS

Dr. Gilvan Torres

Dr. Spinoza Rothier

HEMORRÓIDAS

Tratamento das doenças anoretais,

Dr. Luiz Sodré

Hemorroidas

Dr. Oliveira

PELE E SÍFILIS

Dr. E. Marques dos Santos

RAIOS X

Dr. Osborne

REUMATISMO

Dr. Nelson Senise

PROFESSORES E CURSOS

CORTE E COSTURA

VEÍCULOS

CONCERTOS

Citroen

Citroen

Citroen

Citroen

Citroen

Citroen

Citroen

Citroen

Paulo de Castro

OT - (Suplente) CLOVIS ARRUDA

AUTOMOBILISMO

NOTICIÁRIO O sistema de suspensão

**A ILHA
DO
TESOURO**

De
**R. L.
Stevenson**

**TODOS OS
DIAS NA
TRIBUNA
DA
IMPRENSA**



PUBLICIDADE

PASSADOS EM RESSACA OS PROBLEMAS DE NITERÓI

MENSAGEM DO PREFEITO DAQUELA CIDADE, DOUTOR JOSE IGNACIO DA ROCHA WERNECK, APRESENTADA À CAMARA MUNICIPAL, NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DE 3 DE MARÇO DE 1950

Instalou-se, em cerimônia solene, no dia 3 último, o novo período legislativo da Câmara Municipal de Niterói, ocasião em que compareceu o Prefeito daquela cidade, Doutor José Ignacio da Rocha Werneck, que leu a sua mensagem aos vereadores locais, dando conta de todos os serviços e obras municipais relativamente ao ano de 1949, bem assim a prestação das contas do respectivo exercício financeiro.

E' um documento que evidencia o zelo com que o ilustre prefeito, ao lado do eminente governador Edmundo Macedo Soares e Silva, administra e cuida dos interesses da bela capital do Estado do Rio de Janeiro, cujos problemas são de grande monta mas cujo empenho em resolvê-los há, por certo, de superá-los.

E' a seguinte, na íntegra, a mensagem lida pessoalmente pelo doutor José Ignacio da Rocha Werneck, da tribuna da Câmara Municipal de Niterói:

"Senhor Presidente.
Em obediência ao disposto no art. 66, inciso 4.º, alínea a, combinado com o art. 131 da Lei Estadual n. 109, de 16 de fevereiro de 1948 (Lei Orgânica das Municipalidades), tenho a honra de apresentar a esta Ilustre Câmara o exequível relatório sobre o estado de todos os serviços e obras municipais, relativamente ao ano de 1949, bem assim, a prestação das contas daquele exercício financeiro.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — A RECEITA

2) — A situação financeira municipal, no que entende com o crescimento a arrecadação das suas rendas, é, sem a menor dúvida, auspiciosa.

3) — Não se tem conseguido ainda, em verdade, alcançar a cifra do orçado: mas posto que lentamente, dela se vai aproximando o Erário Municipal.

4) — O movimento ascendente da arrecadação municipal aparece, de modo flagrante, no quadro abaixo, em que se alinham os totais arrecadados, a partir de 1945:

1945 — arrecadação	Cr\$ 20.912.072,80
1946 — arrecadação	Cr\$ 23.078.477,50
1947 — arrecadação	Cr\$ 33.939.108,50
1948 — arrecadação	Cr\$ 43.158.133,70
1949 — arrecadação	Cr\$ 50.092.000,00
1950 — estimativa	Cr\$ 58.500.000,00

6) — O orçamento para 1949, decretado pela Deliberação n. 1.596, de 9 de dezembro de 1948, estimou a receita em Cr\$ 51.000.000,00, com a seguinte discriminação:

RECEITA ORDINÁRIA	
Tributária	Cr\$ 49.000.000,00
Patrimonial	Cr\$ 50.000,00
Diversos	Cr\$ 2.750.000,00
Recursos Extraordinários	Cr\$ 6.200.000,00
Total geral da receita	Cr\$ 51.000.000,00

7) — Vejamos, agora, no quadro das principais rubricas do orçamento municipal, o movimento do crescimento da arrecadação em correspondência com as cifras constantes da estimativa:

Imposto territorial	
Orçado	Cr\$ 2.900.000,00
Arrecadado	Cr\$ 2.504.658,00
Deficit de arrecadação	Cr\$ 395.342,00
Imposto predial	
Orçado	Cr\$ 12.000.000,00
Arrecadado	Cr\$ 13.778.443,30
Superavit de arrecadação	Cr\$ 1.778.443,30
Imposto de Indústrias e Profissões	
Orçado	Cr\$ 4.200.000,00
Arrecadado	Cr\$ 2.761.307,20
Deficit de arrecadação	Cr\$ 1.438.692,80
Imposto de Diversos	
Orçado	Cr\$ 1.600.000,00
Arrecadado	Cr\$ 1.304.044,10
Deficit de arrecadação	Cr\$ 295.955,90
Imposto de Licença	
Orçado	Cr\$ 7.400.000,00
Arrecadado	Cr\$ 4.845.350,30
Deficit de arrecadação	Cr\$ 2.554.649,70
Imposto de Veículos	
Orçado	Cr\$ 800.000,00
Arrecadado	Cr\$ 687.070,20
Deficit de arrecadação	Cr\$ 112.929,80
Imposto de Publicidade	
Orçado	Cr\$ 900.000,00
Arrecadado	Cr\$ 459.793,10
Deficit de arrecadação	Cr\$ 440.206,90
Taxa de Vigilância	
Orçado	Cr\$ 3.000.000,00
Arrecadado	Cr\$ 2.760.328,30
Deficit de arrecadação	Cr\$ 239.671,70
Sólos	
Orçado	Cr\$ 2.800.000,00
Arrecadado	Cr\$ 1.416.640,50
Deficit de arrecadação	Cr\$ 1.383.359,50
Taxa de Emissão	
Orçado	Cr\$ 100.000,00
Arrecadado	Cr\$ 123.298,10
Superavit de arrecadação	Cr\$ 23.298,10
Taxa sanitária	
Orçado	Cr\$ 5.300.000,00
Arrecadado	Cr\$ 5.551.397,90
Superavit de arrecadação	Cr\$ 251.397,90
Taxa de Calçamento	
Orçado	Cr\$ 400.000,00
Arrecadado	Cr\$ 329.824,50
Deficit de arrecadação	Cr\$ 169.175,50
Juros e Empréstimos	
Orçado	Cr\$ 20.000,00
Arrecadado	Cr\$ 112.493,30
Superavit de arrecadação	Cr\$ 92.493,30
Renda do Matadouro	
Orçado	Cr\$ 500.000,00
Arrecadado	Cr\$ 518.244,30
Superavit de arrecadação	Cr\$ 18.244,30
Renda dos Cemitérios	
Orçado	Cr\$ 600.000,00
Arrecadado	Cr\$ 793.335,20
Superavit de arrecadação	Cr\$ 193.335,20
Renda dos Serviços de Aterramento	
Orçado	Cr\$ 1.450.000,00
Arrecadado	Cr\$ 1.548.031,70
Superavit de arrecadação	Cr\$ 98.031,70
Renda do imposto de combustíveis e lubrificantes (D. E. R.)	
Orçado	Cr\$ 200.000,00
Arrecadado	Cr\$ 1.022.680,40
Superavit de arrecadação	Cr\$ 822.680,40
Cobrança da Dívida Ativa	
Orçado	Cr\$ 3.600.000,00
Arrecadado	Cr\$ 4.785.111,90
Superavit de arrecadação	Cr\$ 1.185.111,90
Total	
Orçado	Cr\$ 50.000.000,00
Arrecadado	Cr\$ 425.512,60
Deficit de arrecadação	Cr\$ 73.487,40
Eventuais	
Orçado	Cr\$ 1.300.000,00
Arrecadado	Cr\$ 878.647,30
Deficit de arrecadação	Cr\$ 421.352,70

8) — Como se verifica do exame das cifras trasladadas para este Relatório, alguns tributos apresentam situação deficitária, no que os cursos em menor número, revelam produtividade maior de que a estimada no Orçamento.

9) — Entre os primeiros casos o imposto territorial, o imposto de indústrias e profissões, o imposto de diversos, o imposto de licença (comercial e de obras particulares), o imposto de veículos, o imposto de publicidade, a taxa de vigilância, a taxa de sólos e emolumentos, e a taxa de calçamento.

10) — Não é difícil elucidar os motivos determinantes de tais erros na previsão de receita.

11) — O imposto territorial tem passado por fases diversas no que respeita às taxas de sua cobrança e aos casos de incidência,

nos anos de 1947, 1948 e 1949. De uma legislação por demais severa, decretada em 1946, passou-se, por iniciativa dessa Ilustre Câmara, a que não teve dúvida em dar a minha anuência, a Deliberação que vieram diminuir drasticamente a carga tributária. É evidente que, atentas essas modificações na legislação do imposto territorial, as repartições competentes desta Prefeitura não poderiam estabelecer um critério rigoroso quanto à justa previsão do que renderia a cédula tributária. Todavia, não se pode averbar de positivamente errônea, uma estimativa que, num total de cerca de Cr\$ 3.000.000,00, aparece com uma diferença de aproximadamente 10%.

12) — Já quanto ao imposto de indústrias e profissões, ao de licença do comércio localizado e ao de obras particulares, não há dúvida de que foram orçados com excesso otimista. Mas o desajuste na respectiva arrecadação não corre à conta, apenas, de simples equívoco na elaboração do Orçamento.

13) — Ao que tudo faz crer, o fator predominante na pequena produtividade desses tributos assenta na má aparelhagem do fisco municipal, já quanto à sua organização e métodos de atuar, já quanto ao elemento humano que representa e que, em consequência, está longe de se desincumbir a contento, dos encargos respectivos.

14) — Aludindo ao problema da fiscalização e suas deficiências, eis certo de que não firo nenhum aspecto novo da administração de Fazenda. Os nobres Vereadores conhecem, perfeitamente, as inúmeras dificuldades que cercam essa questão, que, entretanto, é das de maior importância na esfera das atividades municipais.

15) — O imposto de diversos, arrecadado em 1949 com uma quebra de 10% sobre o orçado, poderia ter-se aproximado mais satisfatoriamente da estimativa em que o cotejo a previsão orçamentária. A sua queda advém, muito principalmente, da arraigada e tenaz resistência oposta ao seu pagamento pelos responsáveis pelas dívidas públicas nestas Capital. Com efeito, as associações desportivas e recreativas, que realizam festas e reuniões com entradas pagas, procuram, por todas as formas, fugir ao pagamento do tributo, muito embora este seja, por disposição de lei, arrecadado diretamente dos frequentadores. Lamentável é assinalar que os clubes sociais e de recreio, em consequência da falta de fiscalização, prestam, ao que mais porfiam em fraudar o fisco, sonegação-lhe o imposto de diversos. Desarte o grande estado desta cédula tributária são os cinemas, que constituindo a diversão habitual dos moradores da cidade, em todos os seus bairros, concorrem com a quase totalidade da arrecadação, com exceção de alguns estabelecimentos cinematográficos, que aumentam progressivamente de número, é possível afirmar que a tendência do imposto de diversos é para rendimento crescente.

16) — Em contrapartida aos impostos que produzem menos do que era esperado verificamos, porém, outros impostos e contribuições, que excederam a expectativa da arrecadação.

17) — É o caso, por exemplo, do imposto predial, que representava a vigia maior do Orçamento da Municipalidade.

18) — O imposto predial, em 1949, foi de Cr\$ 12.000.000,00, produzido a cifra de Cr\$ 13.778.443,30, ou seja, 15% de excesso quanto ao previsto. É oportuno assinalar que, não fira a extrema elasticidade da disposição constitucional da República, no que respeita à licença outorgada às autarquias e à disposição constitucionalmente prevista, que a indústria e o comércio, em consequência, sem dúvida, o rendimento da cédula do imposto predial seria sensivelmente maior do que o apurado.

19) — Na mesma situação, isto é, oferecendo superavit de arrecadação, encontramos, além de outras contribuições de maior importância, os impostos de veículos, que a arrecadação de Cr\$ 687.070,20, vale dizer, com 8% de excesso.

20) — A quem percorrer com melhor atenção, os índices arrecadatórios de 1949, não deixará de surpreender a disparidade existente entre a previsão do arrecadado, quando o imposto sobre produção, comércio, distribuição e consumo, importações e exportações, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos. Realmente, o Orçamento consignava a esse título, uma receita de Cr\$ 200.000,00 no passo que a arrecadação atingiu a cifra de Cr\$ 1.022.680,40.

21) — Fácil é, todavia, elucidar os motivos determinantes de tão acentuada diferença.

22) — Trata-se, na hipótese, do imposto previsto na Constituição da República, art. 15, n. III, fixado e arrecadado diretamente pelo Estado, e não pelo Município, e distribuído, em consequência, ao Distrito Federal e aos Municípios. Não fora possível a Prefeitura conseguir uma cifra aproximada da provável distribuição que é feita por intermédio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, com a assistência do Conselho Rodoviário.

23) — O movimento da arrecadação, em consequência da participação ao Município de Niterói não vinha sendo feita com regularidade, o que se acentuou depois que a Divisão de Viação e Obras Públicas, sob a gestão do engenheiro Oracir Sousa de Oliveira, tomou a si o encargo de tratar diretamente do assunto naquele Departamento.

24) — Nessa conformidade, conseguimos, no exercício de 1949, receber as cotas de exercícios anteriores, já em moeda corrente, já em máquinas e utilidades, tudo de acordo com os esquemas organizacionais aprovados e adotados pelo Município.

25) — Essa, a origem da cifra de Cr\$ 1.022.680,40, que não representa a renda normal do imposto de lubrificantes e combustíveis, cota-parte de Niterói, em um exercício, mas que, de fato, foi recebida em 1949, por conta de exercícios anteriores.

26) — O explorador de alguns serviços municipais, tais como os do Matadouro, dos Serviços Funerários e dos Cemitérios, também apresentou rendimento maior do que o orçado para 1949.

27) — O maior superavit, nestes três serviços, foi o da renda dos Cemitérios, que, de Cr\$ 600.000,00, produziu Cr\$ 793.335,20.

28) — Também não é possível deixar de mencionar o excedente resultado da cobrança da dívida ativa municipal.

29) — O orçamento consignava, sob essa rubrica, a importância de Cr\$ 3.600.000,00. A arrecadação superou-a, produzindo Cr\$ 4.785.111,90, ou seja, mais 33% do que se previa.

30) — Nesse título "cobrança da dívida ativa", estão englobados o serviço de cobrança amigável e o serviço de cobrança judicial.

31) — Mas, enquanto que os executivos fiscais produzem apenas 340.000 cruzeiros (Cr\$ 340.000,00) aproximadamente, a cobrança amigável entrou com o saldo de Cr\$ 4.445.111,90.

32) — A simples enumeração da cifra da cobrança amigável é suficiente para revelar o acerto da instituição das funções de "cobrador", que aliás, não opera as finanças da Municipalidade, porquanto é ele remunerado a conta de uma "taxa de expediente", paga pelo contribuinte.

33) — Se se estabelecer o confronto da arrecadação de alguns impostos e contribuições, nos anos de 1948 e 1949, vê-se-a, de maneira mais clara, o crescimento das rendas municipais.

34) — Vejamos-los:

Contribuição	em 1948	em 1949
Imposto predial	Cr\$ 10.853.593,30	Cr\$ 13.778.443,30
Imposto de Indústria	Cr\$ 3.738.311,10	Cr\$ 2.762.307,20
Profissões	Cr\$ 1.118.137,70	Cr\$ 1.304.044,10
Imposto de Diversos	Cr\$ 4.701.813,20	Cr\$ 4.845.350,30
Imposto de Veículos	Cr\$ 800.000,00	Cr\$ 687.070,20
Imposto de Publicidade	Cr\$ 900.000,00	Cr\$ 459.793,10
Taxa de vigilância	Cr\$ 3.000.000,00	Cr\$ 2.760.328,30
Taxa de aferição	Cr\$ 116.501,80	Cr\$ 123.298,10
Taxa sanitária	Cr\$ 4.450.981,30	Cr\$ 5.551.397,90
Renda dos Serviços Funerários	Cr\$ 1.348.793,50	Cr\$ 1.584.081,70
Renda do Matadouro	Cr\$ 548.553,90	Cr\$ 518.244,30
Renda dos Cemitérios	Cr\$ 600.000,00	Cr\$ 793.335,20
Calçamento e Emolumentos	Cr\$ 155.745,80	Cr\$ 239.824,50
Dívida Ativa	Cr\$ 3.381.342,70	Cr\$ 4.785.111,90
Outros índices esclarecedores da situação de confronto entre os exercícios financeiros de 1948 e 1949 consistem nas cifras representativas das arrecadações, assim deficientes e excedentes, das dotações da receita daqueles dois anos, muito embora ainda milita, a favor de 1949 a circunstância de que a quase totalidade dos casos a estimativa, nesse último ano, tenha sido bem superior à de 1948.		
Esses índices assim se revelam, em números redondos: Cédulas deficitárias em 1948, total	Cr\$ 11.450.000,00	Cr\$ 7.000.000,00
Cédulas com superavit em 1948, total	Cr\$ 2.900.000,00	Cr\$ 4.350.000,00
Cédulas com superavit em 1949, total	Cr\$ 5.551.397,90	Cr\$ 1.185.111,90
Em relação a 1948, o orçamento de 1949 apresenta um deficit de arrecadação de Cr\$ 73.487,40, enquanto que o superavit de arrecadação maior, nas suas diversas dotações de receita.		
Estribado nesses elementos é que me foi possível proclamar que a situação financeira municipal é auspiciosa, quanto ao crescimento das rendas públicas.		
É oportuno assinalar, ainda, que, como renda extra-orçamentária, auferida em 1949 pelos cofres municipais, figura a parcela de Cr\$ 3.126.051,70, saldo do auxílio financeiro concedido, em 1948, pelo Ministério de Educação e Saúde para as obras de construção do Hospital Municipal Antônio Pedro e auxílio outro.		
O assunto comporta uma explicação.		
O auxílio financeiro do Ministério de Educação e Saúde, recebido em 1948, totalizou a quantia de Cr\$ 7.500.000,00, aplicada nos serviços do Hospital Municipal, por meio de abertura do crédito especial do mesmo valor, conforme Deliberação n. 1.553, de 13 de abril de 1948. Entretanto, o processamento das despesas por conta desse crédito em favor da Construtora Dourado S. A., sofreu os atrasos e ineficazes retardamentos, motivo por que uma parte não pôde ser liquidada dentro do exercício de 1948. Nada obstante era fundamental que a Municipalidade aplicasse o crédito aberto sobre o auxílio até o último centavo, nas despesas de construção do Hospital, sob pena de não lhe ser possível prestar contas ao Ministério de Educação e Saúde e, consequentemente, não mais receber daquele órgão federal, o auxílio financeiro, não aplicado no exercício de 1948, isto é, Cr\$ 2.563.378,10, e, em 31 de dezembro de 1948 lançado na conta "Depósitos de Diversas Origens" e assim transferido para o exercício de 1949. Deixou portanto, de figurar como receita de 1948. Mas aparece, em 1949, como renda desse ano, para cuja aplicação foi aberto o crédito especial da mesma importância, por efeito da Deliberação n. 1.561, de 9 de setembro de 1948.		

A parcela de Cr\$ 262.674,00 foi também recebida em 1949.

Indicados, por essa forma, os principais aspectos da execução do orçamento da receita, em 1949, podemos sintetizá-los do seguinte modo:

Arrecadação orçamentária Cr\$ 46.966.310,30 || Saldo do auxílio de Cr\$ 7.500.000,00, concedido em 1948 pelo Ministério de Educação e Saúde, não aplicado naquele ano e transferido para o ano de 1949 | Cr\$ 2.126.051,70 |
| Total da arrecadação | Cr\$ 50.092.362,00 |

43) — Ora, a receita foi orçada em Cr\$ 51.000.000,00. De consequência, o deficit de arrecadação foi Cr\$ 807.638,00. Em 1949, o mesmo deficit foi precisamente de Cr\$ 3.545.680,50, vale dizer, mais do que o triplo do de 1948.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — A DESPESA

44) — A administração municipal não teve que enfrentar apenas o desequilíbrio resultante do pequeno deficit de arrecadação.

45) — Semou-se a este, em 1949, o que proveio do aumento da despesa sobre o que no orçamento se fixara.

46) — De feito: a despesa estabelecida importou em Cr\$ 51.000.000,00, mas a despesa realmente realizada foi além dessa quantia, apresentando-se na soma de Cr\$ 54.739.987,79 ou seja, Cr\$ 3.739.987,79 além do fixado.

47) — Adicionando-se as duas parcelas, a do deficit de arrecadação e a do excesso de despesa, a saber Cr\$ 807.638,00 e Cr\$ 3.739.987,79, encontramos como deficit real na execução do orçamento da receita e despesa de 1949, a parcela de Cr\$ 4.547.625,79.

48) — Ainda, aí, porém, a situação geral é bem mais favorável ao exercício de 1949, relativamente ao de 1948.

49) — Com efeito. Em 1948, o deficit de arrecadação, conforme já se apontou foi de Cr\$ 807.638,00 e o excesso de despesas foi de Cr\$ 1.629.802,50. Assim, o deficit real, importou em Cr\$ 2.437.440,50. Ora, em 1949, esse deficit, como visto acima, somou Cr\$ 4.547.625,79; vale dizer que diminuiu em Cr\$ 2.108.185,00.

50) — Em síntese, o ano de 1949, como se viu, apresentou uma diferença de cerca de 15%, para menos, entre a receita arrecadada e a despesa realizada: o de 1948 conseguiu var reduzida essa diferença para menos de 8,5%.

51) — A atual administração tem procurado por todos os meios ao seu alcance, comprimir as despesas. Nada de apreciável e eficaz dos nobres senhores vereadores.

52) — A despesa orçamentária, fixada para 1949, distribuiu-se da seguinte maneira, ao ser posto em execução o orçamento:

Câmara Municipal	Cr\$ 1.780.000,00
Governo do Município	Cr\$ 1.420.000,00
Procuradoria e Contencioso	Cr\$ 700.000,00
Divisão de Administração	Cr\$ 1.000.000,00
Divisão de Finanças	Cr\$ 1.500.000,00
Corpo de Bombeiros	Cr\$ 15.360.000,00
Guarda Municipal	Cr\$ 1.950.000,00
Divisão de Saúde e Assistência Médico Social	Cr\$ 8.450.000,00
Divisão de Viação e Obras Públicas	Cr\$ 18.600.000,00
Total da despesa orçamentária	Cr\$ 51.000.000,00

53) — Essa despesa sofreu modificações, para mais, no decorrer do exercício financeiro, por efeito de acortia de créditos adicionais (especiais e suplementares).

54) — Dos créditos abertos, alguns oneraram o orçamento, ante a circunstância de não assentarem, nem em fundos ou recursos especiais, nem na anulação de iguais importâncias em outras dotações orçamentárias.

55) — Sobre fundos concedidos pelo Governo Federal, através do Ministério de Educação e Saúde, foram abertos os seguintes créditos especiais:

Deliberação n. 1.617, de 28-7-49	Cr\$ 262.674,00
Deliberação n. 1.621, de 9-9-49	Cr\$ 2.863.378,10
Total	Cr\$ 3.126.051,70

56) — Sobre recursos especiais, provenientes do Empréstimo de Cr\$ 72.000.000,00 autorizado pelo Decreto n. 1.559, de 16 de dezembro de 1948, foi aberto o crédito especial abaixo, com vigência prorrogada para o corrente exercício de 1950:

Deliberação n. 1.638, de 9-12-49	Cr\$ 12.000.000,00
Total	Cr\$ 12.000.000,00

57) — Mediante anulação de saldos correspondentes em dotações orçamentárias, foram ainda abertos os seguintes créditos especiais:

Deliberação n. 1.632, de 21-9-49	Cr\$ 47.300,00
Deliberação n. 1.636, de 28-9-49	Cr\$ 8.360,00
Total	Cr\$ 55.660,00

58) — Também por via de anulação de saldos correspondentes em outras dotações orçamentárias, foram abertos os seguintes créditos suplementares:

Deliberação n. 1.628, de 15-9-49	Cr\$ 2.000.000,00
Deliberação n. 1.629, de 15-9-49	Cr\$ 80.000,00
Deliberação n. 1.630, de 24-11-49	Cr\$ 2.017.000,00
Decreto n. 396, de 25-11-49	Cr\$ 824.000,00
Decreto n. 402, de 30-12-49	Cr\$ 118.000,00
Decreto n. 404-A, de 30-12-49	Cr\$ 435.350,00
Total	Cr\$ 5.464.350,0

PUBLICIDADE

PASSADOS EM REVISTA OS PROBLEMAS DE NITERÓI

(Conclusão da 6.ª pág.)

- a) — cobrança mensal, e não trimestral;
b) — cobrança domiciliar, e não na Prefeitura.

97) — Devo convir em que as repartições da Fazenda Municipal não se encontravam devidamente aparelhadas para receber os novos métodos de trabalho, assim não tendo podido cooperar para o rendimento que se esperava (e ainda se espera) dos serviços mecanizados.

98) — Por outro lado, é negável que funcionários graduados da Divisão de Fazenda receberam com restrições e ceticismo a implantação dos métodos Hofferth — e esse estado psicológico sem dúvida teve grande influência no desenvolvimento dos trabalhos.

99) — Estou firmemente convencido, porém, de que, vencidas as últimas resistências e fixada afinal a rotina dos serviços, estes serão da maior utilidade para a organização dos encargos da Fazenda.

O PESSOAL

100) — Do orçamento geral de Cr\$ 51.000.000,00, fixado para a despesa de 1949, a cifra de Cr\$ 17.000.000,00, pouco mais ou menos, destinava-se ao pessoal (funcionários e extranumerários), aí incluídos o Prefeito e a Câmara Municipal, bem assim as gratificações previstas.

101) — Essa parcela corresponderia a cerca de 53% de toda a despesa orçamentária.

102) — Infelizmente, embora já de si mesma percentualmente elevada, a verdade é que a cifra dos gastos com o pessoal ascendeu a taxa ainda mais alta, se se levar em conta a reestruturação operada nos meses de maio e junho de 1949, vetada quase totalmente pelo Prefeito e promulgada na íntegra, mercê da rejeição do veto pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, em data de 13 de abril de 1949, com efeitos a partir de 1.º de janeiro desse ano.

103) — Todavia, de par com a criação de cargos e funções, houve também oportunidade para que muitas extinções se verificassem durante o ano de 1949, como se vê do seguinte quadro, com indicação dos Decretos Executivos, no número de denominação dos cargos e funções extintas e dos respectivos vencimentos e salários, que deixaram de onerar os cofres municipais:

CARGOS E FUNÇÕES EXTINTOS EM 1949

N.º do Decreto	Quantidade	Denominação	Despesa anual
345	1	Tesoureiro	Cr\$ 50.400,00
350	2	Médico	Cr\$ 21.600,00
399	2	Médico	Cr\$ 57.600,00
271	3	Escrevente, D	Cr\$ 43.800,00
371	4	Escrevente, C	Cr\$ 55.200,00
355	5	Guarda Municipal, C	Cr\$ 69.000,00
365	4	Vigilante, D	Cr\$ 62.400,00
348	3	Trabalhador de 2.ª	Cr\$ 32.400,00
358	3	Auxiliar de protocolo ref. VIII	Cr\$ 33.000,00
358	2	Auxiliar de protocolo ref. X	Cr\$ 27.600,00
358	3	Desenhista, ref. XII	Cr\$ 46.800,00
353	1	Desenhista, ref. XIII	Cr\$ 17.400,00
353	1	Guarda Municipal, D	Cr\$ 13.600,00
353	2	Auxiliar de campo, VIII	Cr\$ 21.600,00
353	2	Auxiliar de topografia, ref. XIII	Cr\$ 34.800,00
353	2	Apostador, ref. X	Cr\$ 27.600,00
353	13	Servente, ref. VIII	Cr\$ 155.000,00
358	1	Auxiliar de escritório, ref.	Cr\$ 1.125,00
358	4	Auxiliar especializado de fiscalização	Cr\$ 57.600,00
358	2	Auxiliar de topografia	Cr\$ 32.400,00
358	1	Coleteiro	Cr\$ 9.000,00
358	2	Desenhista	Cr\$ 34.200,00
358	1	Servente	Cr\$ 9.900,00
358	3	Servente	Cr\$ 10.200,00
359	1	Carpinteiro de 1.ª	Cr\$ 16.200,00
359	1	Copeiro	Cr\$ 5.400,00
367	1	Trabalhador de 1.ª	Cr\$ 12.250,00
367	1	Pintor de 2.ª	Cr\$ 12.950,00

104) — A despesa, que se reduziu no orçamento, como consequência das supressões, representava a parcela de Cr\$ 53.000,00 mensais, ou Cr\$ 1.020.000,00 anuais.

105) — Ao acenar, perante essa Ilustre Câmara, que a chamada reestruturação dos servidores municipais, vetada e promulgada pelos nobres vereadores em 1949, veio onerar sensivelmente o Erário, é claro que não me insinuo contra a equiparação dos vencimentos dos funcionários municipais aos dos funcionários estaduais, porquanto entendo que a equiparação era absolutamente razoável.

107) — Penso, porém, que é dever de todos quantos detêm uma partícula de responsabilidade na administração da Prefeitura, quer do Executivo, quer do Legislativo, procurar facilitar a tarefa de preencher os cargos e funções públicas com pessoas selecionadas, já quanto à idoneidade moral, já quanto à capacidade intelectual e de trabalho.

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES PROMULGADAS

108) — Além das Deliberações já citadas, referentes à abertura de créditos adicionais no orçamento, e da que autorizou a contratação dos serviços de mecanização da Fazenda, bem assim, a de reestruturação dos quadros do pessoal, as de maior significação, balizadas no decorrer do ano de 1949, foram:

Deliberação número 1.609, de 4 de abril de 1949, que autorizou a doação do lote de terreno número 49 da atual Avenida Duque de Caxias ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para construção do edifício que lhe servirá de sede.

Deliberação número 1.615, de 28 de julho de 1949, que vedou, pelo prazo de cinco anos, o aumento do valor locativo de prédio único residencial, ou apartamento único residencial, ocupado pelo proprietário.

Deliberação número 1.620, de 5 de agosto de 1949, que concedeu isenção do imposto predial sobre imóvel de propriedade e residência de comoneiros da Força Expedicionária Brasileira.

Deliberação número 1.623, de 21 de setembro de 1949, que autorizou a celebração de convênios com o Governo do Estado, com os Institutos de Aposentadoria e Pensões e com a Escola de enfermagem, para utilização do Hospital Municipal.

ÁGUA E ESGOTOS DE NITERÓI

109) — Infelizmente, nada posso anunciar aos zelosos senhores vereadores, no que diz respeito à grave situação dos serviços de água e esgotos de Niterói.

110) — Continuo à frente da administração da Companhia Brasileira de Água e Esgotos de Niterói nas Calças Econômicas Federais do Estado do Rio, do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande do Sul, credores principais da Companhia.

111) — Essa Ilustre Câmara, pela Resolução número 1.560, de 27 de maio de 1948, autorizou o Prefeito a celebrar convênio com o Governo do Estado, "a fim de que os bens do serviço de Água e Esgotos de Niterói, incluindo o Município de Niterói, assumindo o Tesouro Municipal a responsabilidade pela dívida de Cr\$ 33.000.000,00 e ficando o Estado com o direito de administrar tais serviços, arrecando suas taxas, obrigando, porém, a melhorá-los e ampliá-los de acordo com as necessidades desta Capital".

112) — Sobre-se que, no estado em que atualmente se encontram os serviços, onerados com tremendas responsabilidades finan-

ceiras, produto de erros anteriores, não é de modo algum possível que a Prefeitura lhes reassuma a direção e a responsabilidade. Por isso mesmo apenas uma ação conjunta, da Municipalidade e do Estado, com a assistência financeira do último, poderá permitir uma solução para o caso.

113) — Enquanto, porém, o Governo Estadual não puder, em virtude dos problemas que também o assestaram, tomar a iniciativa da solução, já alvitada e assentada em suas linhas gerais, continuaremos na mesma situação de agora, que é a de ver que se agrava, dia a dia, o problema que tão crucialmente aflige a população desta cidade.

114) — Assim, é com absoluto constrangimento que me vejo na contingência de me reportar exclusivamente ao que exarei na Mensagem de 26 de fevereiro de 1948, acerca da questão dos serviços de água e esgotos de Niterói. Nada posso acrescentar ao que ali então foi dito. Porque nada se fez — o que quer dizer que a situação é pior do que a do ano passado.

HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO PEDRO

115) — Tem sido uma das maiores preocupações da atual administração a de ultimar as obras de acabamento do novo Hospital e a de dotá-lo do equipamento necessário, para inauguração e funcionamento ainda este ano.

116) — A Comissão do Hospital, sob a presidência do competente e dedicado Chefe da Divisão de Saúde e Assistência Médico-Social, dr. Mário Duarte Monteiro, tem trabalhado exaustivamente para consecução desse objetivo.

117) — Em 1949, a Comissão realizou nada menos de 30 (trinta) reuniões formais, a algumas das quais tive ensejo de estar presente.

118) — O Senhor Governador do Estado revela o máximo interesse pelo andamento dos trabalhos, havendo pessoalmente presidido, em Palácio, a cinco reuniões da Comissão, em cujo auxílio tendo, já com os subsídios da sua melhor experiência, já com os seus bons ofícios junto ao Governo da República, no propósito de facilitar, por todos os meios, a tarefa da Municipalidade.

119) — A construção do edifício do Hospital está virtualmente concluída com observância dos projetos elaborados.

120) — Ampliou-se a área dos terrenos adjacentes, por via de entendimento com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, que cedeu, junto à chamada "Ala do Isolamento", dez lotes de terrenos, para construírem o parque e o boteiro necessários ao mais perfeito funcionamento da instituição hospitalar.

121) — A Prefeitura já prestou, ao Ministério de Educação e Saúde, as exigíveis contas da aplicação do auxílio financeiro de Cr\$ 15.000.000,00, recebido em 1948, como contribuição federal às obras citadas.

122) — O custo dos serviços de construção do Hospital Municipal "Antonio Pedro", até 31 de dezembro de 1949, se expressa nas seguintes cifras:

Responsabilidade contratual	Cr\$ 19.929.000,00
Serviços acrescidos	Cr\$ 3.017.440,00
Modificações introduzidas	Cr\$ 281.250,00
Aquisição e instalação de elevadores ..	Cr\$ 1.171.500,00
SOMA	Cr\$ 24.379.190,00

123) — A Prefeitura mantém rigorosamente em dia os seus compromissos com os construtores (Construtora Dornado S. A.) e com a firma encarregada da montagem dos elevadores (INDUCO).

124) — A Deliberação número 1.633, de 21 de setembro de 1949 autorizou o Prefeito a celebrar convênios para a manutenção do Hospital, já com as autarquias de previdência e assistência social e a Escola de Enfermagem, segundo as bases ali indicadas. Cuidou também de garantir, para o novo estabelecimento, certa autonomia administrativa. Finalmente, aquela Deliberação abriu o crédito especial de Cr\$ 4.600.000,00 constituído sobre fundos decorrentes de novo auxílio do Ministério de Educação e Saúde, para ocorrer às primeiras despesas com o equipamento e instalação do nosocomio. Esse crédito tem vigência até 31 de dezembro de 1950 e cabe informar que o auxílio do Ministério de Educação e Saúde, embora concedido em 1949, só no corrente exercício foi recebido.

125) — Cogita-se agora da aquisição do material de equipamento, o que, segundo tudo indica, deverá ser feito diretamente na América do Norte, com interferência de uma Comissão de médicos da Prefeitura. Se pudermos ser removidos os obstáculos, que se opõem a essa compra direta, as obras municipais pagarão o material com uma diferença que se estima em nunca menos de 25% sobre os preços oferecidos pelo comércio especializado da Capital da República.

126) — Finalmente, ainda quanto à construção do Hospital, vem à baila esclarecer que o abastecimento de água não poderá, nem deverá ficar subordinado às deficiências da rede geral de distribuição. Por isso, serão perseguidos os necessários poços, que satisficam ao consumo do estabelecimento. A perfuração e obras complementares trarão uma despesa que se orça em Cr\$ 300.000,00.

OBRAS PÚBLICAS

127) — As modificações mais sensíveis por que passou a Divisão de Viação e Obras Públicas, consistiram na criação do "Serviço Rodoviário", em obediência à Lei Federal número 302, de 13 de julho de 1948, para tornar possível a percepção, por parte da Prefeitura, da cota do Fundo Rodoviário Nacional; além disso, foram agrupadas algumas serviços de produção industrial em uma organização única que se denominou de "Instalações Industriais" (pedreira, produção de brita, fábrica de manilhas, usina de asfalto, etc.).

128) — O orçamento de 1949, a exemplo do que também se verifica dos orçamentos dos anos anteriores, não consignou nenhuma dotação específica para obras novas — falta que já se corrigiu na elaboração do orçamento ora em vigor.

129) — Nota-se, aliás, na Divisão de Viação e Obras Públicas, um fenômeno que não deixa de ser curioso, em se tratando, como se trata, de uma repartição de técnicos de engenharia. E' que em via de regra as obras que ali se realizam, embora de pequeno vulto, não obedecem a um planejamento predefinido, como orientação dos trabalhos, capaz de assentar numa previsão, senão rigorosa, ao menos aproximada, do que se vai fazer e de como se fazer. Há uma dispersão de esforços, em prejuízo óbvio do rendimento das tarefas.

130) — A cidade cresce, amplia-se. Elementares exigências da vida em comum, nos grandes centros urbanos, benefícios mínimos, a que tem direito a população citadina, vêm-se relegados a plano secundário. E embora se reconheça que a escassez de numerário seja o elemento preponderante nas falhas imensas que oferece o serviço de obras públicas da Prefeitura, não é possível obscurecer a responsabilidade que impende ao pessoal e à direção imediata das repartições.

131) — Assinala-se que, em 1949, foram construídos, tendo recebido o boletim de "aceite de obras" quatrocentas e sessenta (460) prédios assim discriminados:

De 1 pavimento	368 prédios
De 2 pavimentos	65 prédios
De 3 pavimentos	22 prédios
De 4 pavimentos	2 prédios
De 5 pavimentos	1 prédio
De 10 pavimentos	1 prédio
De 11 pavimentos	1 prédio

132) — O total de econômicas, residenciais (casas e apartamentos), comerciais e muitas (comerciais e residenciais) e industriais, atingiu o número de oitocentos e sessenta e dois (862).

133) — O ritmo de construções não pára e tudo leva a crer que será apressado.

134) — Para uma cidade como Niterói, cuja população deve

vem acompanhando a iniciativa particular que se me avanteja visivelmente.

135) — Outro problema de difícil solução (difícil, tecnicamente, e difícil, pecuniariamente) é o do escoamento de águas, que, em cidades como a Capital do Estado, cheia de muros, elevações e vales se torna cada vez mais premente.

136) — Alguns riachos e canais insignificantes nas épocas de estiagem, transformam-se em torrentes, a qualquer temporal, e inundam as ruas e logradouros, carregando também vasa, lama e detritos, que se depositam na faixa de rolamento e nas calçadas das vias públicas.

137) — No intuito de obter, em favor da cidade, um estudo e um plano de realizações, quanto ao escoamento de águas, mantive, em 1949, entendimentos a esse respeito com o doutor Camilo Meneses, técnico de reconhecida idoneidade na matéria, diretor do Departamento de Obras e Saneamento da União, que, tendo percorrido em minha companhia e na de engenheiros municipais, os pontos mais característicos da cidade, no que entende com o escoamento das águas, formulou explícita promessa de cuidar do assunto, neste ano de 1950.

138) — Com os recursos normais do orçamento de 1949, pouca coisa se conseguiu fazer, no que se refere à pavimentação dos logradouros públicos.

139) — Afóra os serviços rotineiros de conservação (que muito deixam a desejar), levou-se a termo a concretagem e a capa de asfalto da Praia de Icaraí, em toda a sua extensão. Pavimentou-se, a briquetes, toda a rua Dr. Sardinha, em Santa Rosa, onde também foram pavimentadas a macadam betuminoso, as travessas Paula Antunes e Lúcia. Foi concluída a pavimentação também a briquetes, da rua Coronel Leite Ribeiro, no Fonseca, tendo sido iniciado, por esse mesmo sistema, naquele bairro, o serviço da rua São José.

140) — A área, que recebeu pavimentação nova, em 1949, atingiu 15.918,99 m², ao passo que o serviço de reposição totalizou 12.516,20 m². Foram assentados 1.632 metros de meio-fio e reassentados 989 metros. Construíram-se galerias de águas pluviais numa extensão de 1.131 metros. Construíram-se também duas pontes e alargou-se uma terceira.

141) — Com a contribuição do Fundo Rodoviário Nacional, entregue por intermédio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, foram adquiridas diversas máquinas de grande utilidade para os serviços de viação.

PLANO DIRETOR

142) — Desde 1948, tive a minha atenção voltada para a questão do plano de crescimento da cidade de Niterói.

143) — Naquele ano, autorizei o conhecido arquiteto Marcelo Roberto, nome universalmente consagrado na sua profissão, a estabelecer as bases de um estudo do assunto.

144) — A matéria é das mais relevantes, embora se compreenda que os frutos do esforço de agora somente sejam colhidos pelas gerações futuras.

145) — Em 11 de julho de 1949, pela Mensagem número 18, submeti à apreciação dessa Ilustre Câmara o projeto, por via do qual era instituída a "Comissão do Plano Metropolitano".

146) — O Senhor Governador do Estado prontificou-se a colaborar no empreendimento, por intermédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ficando, assim, constituída a comissão de engenheiros a quem incumbirá tratar do assunto.

147) — São eles:
Da Prefeitura — o dr. Paulo Alberto Rodrigues e o dr. Pedro Carlos Tavares da Silva;
Do Estado — o dr. Alfredo Neiva e o dr. Leo Ferraz Alves

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

148) — Os serviços de saúde e assistência, sob a direção do dr. Mário Duarte Monteiro, chefe da Divisão de Saúde e Assistência Médico-Social, compreendem os seguintes órgãos:

- a) Hospital São João Batista;
b) Posto de Socorros Urgentes;
c) Serviço de Clínica Obstétrica;
d) Seção de Controle Médico;
e) Serviços Funerários;
f) Cemitérios.

149) — O Hospital São João Batista, mal instalado, mal aparelhado, mal servido quanto à enfermagem, sem um corpo administrativo idôneo e capaz, desempenha, na vida de Niterói, papel importante.

150) — Em regra, está superlotado de doentes.

151) — Diga-se, porém, que os doentes que, em maioria, preenchem as dependências do São João Batista, não são da Capital do Estado. Vêm eles do interior, principalmente da zona nordeste e da Baixada, encaminhados pela polícia e pelas autoridades locais.

152) — Para simples ilustração das atividades do Hospital S. João Batista, transcrevo o quadro de seu movimento, em 1949:

Centro Cirúrgico — Intervenções	1.176
Ambulatório (Clínica Médica) — Doentes	1.052
Receitas avulsas	21.019
Ambulatório (Clínica Cirúrgica) — Doentes	1.674
Ambulatório (Ortopedia) — Doentes	715
Ambulatório (Ginecologia) — Doentes	243
Ambulatório (Oto-rino) — Doentes	1.580
Laboratório de Análises — Exames	1.845
Gabinete de Raios X — Radiografias e Radioscópias	1.729
Gabinete de Röntgenterapia — Aplicações	324
Gabinete Odontológico — Atendidos	533
Fisioterapia — Aplicações	225
Electrocardiogramas	25
Metabolismo Basal	30
Doentes internados	1.808
Altas concedidas	1.644

153) — Também o Posto de Socorros Urgentes, cujas instalações e aparelhamento são precaríssimos, atendeu, no decorrer do ano de 1949, a 114 média de 1.835 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, ou seja, em algazarra exatos, de janeiro a dezembro, um total de 23.228 pessoas atendidas.

154) — O Serviço de Clínica Obstétrica (Maternidade) realizou, em 1949, 1.181 partos, com 91 natimortos e 53 casos de neomortalidade.

155) — A Seção de Controle Médico desempenhou eficientemente os seus encargos, que se exercem apenas sobre o quadro de servidores municipais.

156) — Os Serviços Funerários efetuaram o enterramento de 1.868 adultos e 1.633 crianças, contando-se, de indigentes, com guia da polícia, entre os primeiros, 134 pessoas e, entre as últimas, 123 crianças. As capelas mortuárias mandadas erigir em 1949, tendo ficado concluídas em setembro daquele ano, foram utilizadas por 10 vezes.

157) — A Municipalidade dispõe de três Cemitérios, a saber: o de Maruí, o de Jurujuba e o de Itaipu.

158) — No cemitério de Maruí foram sepultadas 2.648 pessoas; no de Jurujuba, 183 pessoas, e no de Itaipu, 48 pessoas.

159) — A área utilizável do Cemitério de Maruí tem sido ampliada, mediante construção de carneiros e catacumbas e aproveitamento do morro. Tal serviço, iniciado em 1949, continua em pleno andamento e deverá terminar no corrente ano.

160) — Relembra-se que os serviços de Cemitério e Funerário, explorados diretamente pela Prefeitura, tem oferecido renda sempre superior à estimada no orçamento.

PROCURADORIA E CONTENCIOSO

161) — A Procuradoria e Contencioso é uma das principais repartições desta Prefeitura, atuando em função tripartite:

- a) Consultoria Jurídica;
b) Representação Judicial;
c) Propositura dos Executivos Fiscais.

162) — Com relação às funções indicadas no item "a", a Procuradoria minuiu e fez assinar setenta e sete (77) termos e contratos e emitiu cinquenta e três (53) pareceres.

163) — Quanto às funções de representação judicial abrangiam, em 1949, os seguintes feitos:

Mandado de Segurança:

— Impetrado por Nelson Godinho. Negado.

Ação Ordinária:

— Proposta contra a Rádio Clube Fluminense. Em face de execução, favorável à Prefeitura.

Ação Ordinária:

— Proposta por Salomão Cruz. Sentença favorável à Prefeitura, confirmada no Tribunal de Justiça.

Ação de Consignação:

— Proposta por Panquímica Ltda. Terminou por acórdão.

Ação Cominatória:

— Proposta contra Miguel Elias Rohana. Sentença parcialmente favorável à Prefeitura.

Mandado de Segurança:

— Impetrado por João Augusto Mendes Antas. Negado em primeira instância. Concedido no Tribunal de Justiça, por um voto. Aguarda-se a publicação do acórdão, para embargos.

Mandado de Segurança:

— Impetrado por Bruswen Dantas Pereira e outros contra a Câmara Municipal. Negado em primeira instância, foi interposto recurso, ainda não solvido.

Ação Ordinária:

— Proposta pelo dr. Edésio Silveira. Sentença favorável à Prefeitura. Recurso em andamento.

Ação Ordinária:

— Proposta por Déa Jansen de Sá. Sentença favorável à Prefeitura. Recurso em andamento.

Ação de Despejo:

— Proposta pelo dr. Ernani Pires de Melo. Proferido o despacho saneador.

Executivo Fiscal:

— Executada Leopoldina Railway Co. Sentença contrária à Prefeitura, que recorreu.

Ação Ordinária:

— Proposta por Ludovina Leal Moniz contra "Exposição Modas S. A.". Companhia Brasileira de Energia Elétrica e Prefeitura. Ação aforada no Distrito Federal, aguardando designação da audiência de instrução e julgamento.

164) — Finalmente, quanto aos encargos do item "c" (cobrança judicial), infelizmente não é possível deixar de opor algumas restrições à ação da Procuradoria e Contencioso, que não tem porfiado no aforamento e andamento dos executivos.

165) — Basta assinalar que, para uma cobrança orçada em Cr\$ 3.800.000,00 e realizada no montante de perto de Cr\$ 4.800.000,00, o contingente da Procuradoria e Contencioso, para esse resultado, não somou Cr\$ 350.000,00.

166) — Desejo ressaltar, porém, a atuação pessoal do Ilustre Chefe da Procuradoria e Contencioso, funcionário de minha inteira confiança, jurista de reconhecida cultura, a quem apenas posso irrogar certa liberalidade de propósitos em relação aos seus subordinados do quadro técnico da Procuradoria, talvez por excessivo espírito de simpatia de classe.

167) — Pretendo ver corrigidas as falhas da Procuradoria e Contencioso, no que entende com o serviço de cobrança judicial da dívida ativa, atentas as medidas que venho adotando nesse sentido.

CORPO DE BOMBEIROS

168) — De acordo com a Deliberação n. 1.605, de 8 de março de 1949, a antiga Companhia de Bombeiros Municipais passou a denominar-se Corpo de Bombeiros Municipais, ora sob o comando de um oficial do Exército, comissionado no posto de major, ampliando-se o seu quadro de oficiais, com um 1.º tenente de fileira, um 2.º tenente mecânico e um aspirante a oficial de fileira.

169) — O Corpo de Bombeiros é uma instituição tradicional nesta cidade, a que tem prestado bons serviços, bem como à vizinha cidade de São Gonçalo.

170) — Sob o comando do major Abagaro Ermelando da Silva, oficial inteiramente dedicado aos seus deveres, a corporação, mau grado o seu pequeno efetivo de 100 homens, e apesar das antiquadas instalações e material obsoleto, é sem dúvida uma das mais eficientes desta Prefeitura, pela sua organização e espírito de disciplina de seus componentes.

171) — Em 1949, a resenha

Estreará domingo o Flamengo, em Belém, enfrentando o Tuna

A 22 e a 26, os jogos contra o Paissandu e contra o Clube do Remo — Prolongamento da excursão por outros Estados

Foram concluídas com êxito as "demarções" dos clubes paraense-juntos ao Flamengo, para uma temporada do rubro-negro em Belém. Ontem, chegou o telegrama do coronel Orsini Coriolano, ex-presidente do grêmio da Gávea, e que se encontra servindo na Segunda Zona Aérea, que tem sede naquela cidade — anunciando que os clubes locais haviam concordado com as bases propostas pelo sr. Dário de Melo Pinto.

ESTREIA DOMINGO, ESTREIA DOMINGO CONTRA O TUNA

A primeira exibição, da série de três, que os rubro-negros farão na capital paraense, terá lugar no próximo domingo, contra a equipe do Tuna, terceira colocada no Campeonato Paraense. A 22, verificar-se-á a partida com o Paissandu e a 26, com o Clube do Remo — aquele, vice-campeão e este, o campeão.

PROLONGAMENTO DA TEMPORADA

Além dos jogos em Belém, há possibilidades de virem os rubro-

negros a jogar em outros Estados. seus gramados, devendo, para tanto, dirigirem-se ao presidente Dário de Melo Pinto, solicitando o prolongamento da excursão.

Conseguiu Capanema superar o "record"

Nova marca, para os 100 metros, nado de costas, na classe de novíssimos — Flávio Heleno de Figueiredo ficou a um décimo do "record" de Manfredo Leipziger

Realizaram-se, ontem, na piscina do Guanabara, por ensejo da disputa do "Troféu Maria Lenk", as tentativas de record dos nadadores tijuquanos Ricardo

Na prova dos 100 metros, nado de costas, na classe de novíssimos, foi feliz Ricardo Capanema. Nadando com regularidade, tirando bom proveito dos movimentos, o jovem nadador tijuquano marcou o tempo de 1'10"10, superior, portanto ao de Helio Godoy Tavares, que era de 1'11"8/10.

FLAVIO NAO BATEU, POR UM DECIMO

Já o seu companheiro de equipe não foi feliz. Embora aparecendo com desenvoltura, nadando bem, Flávio Heleno de Figueiredo teve contra si a falta de sorte, pois cobriu a distância de 100 metros, nado de peito, como juvenil júnior, no tempo de 1'21"8/10 quando o record, assinalado por Manfredo Leipziger, há anos, é de 1'21"5/10.

Prestes, inscrito pelo América

Deu entrada, ontem, na Federação Metropolitana de Basquetebol, o pedido de inscrição do amador Luiz Carlos Prestes Viçosa, pelo América Futebol Clube.

PUBLICIDADE

"O PREJUÍZO MONETÁRIO QUE A NAÇÃO VEM SOFRENDO, DIARIAMENTE, COM A ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA DA LOTERIA FEDERAL E' DE CERCA DE 740 MIL CRUZEIROS"

COMENTÁRIO FEITO AO MICROFONE DA "RADIO CONTINENTAL", NO PROGRAMA "PARLAMENTO DE GRAÇA"

— "Caros ouvintes, boa noite!

Referimo-nos, em nossa última palestra, à pouca sorte do sr. general Eurico Gaspar Dutra na escolha dos seus ministros das Finanças Públicas. E comentando a atuação do sr. Guilherme da Silveira mostramos os «acertos» de sua política em relação ao Departamento Nacional do Café, que, contrariando expressos dispositivos de leis, sabidamente votados pelo Congresso, só tem servido para manter o desassossego e a inquietação nos lares de centenas de ex-funcionários do D.N.C., que já teriam retornado ao trabalho, amparados pela lei n. 184, se o sr. Guilherme da Silveira não tivesse prorrogado a vida daquela tão discutível autarquia, com o único propósito, segundo dizem, de vender mais 400 mil sacas de café e empregar o resultado dessa operação na campanha eleitoral que se avizinha.

Essa suspeição é de se confirmar com a atitude assumida pelo sr. ministro da Fazenda, em relação à Loteria Federal.

Conforme vem sendo amplamente noticiado pela imprensa desta capital, o sr. Guilherme da Silveira anulou a concorrência para a exploração da Loteria Federal sob a alegação de que as propostas não convinham aos interesses do Tesouro. Não poderia ter sido mais infeliz tal afirmativa. Em verdade, a exploração da concorrência exigia uma renda mínima para o Tesouro — de 600 milhões de cruzeiros e o primeiro colocado ofereceu 1 bilhão e 175 milhões de cruzeiros, isto é, quase o dobro do que pretendia o governo. Onde, pois, a não conveniência aos interesses do Erário Público? E' que a história é muito outra!

O sr. Guilherme da Silveira pretendia e ainda pretende adjudicar em causa própria, concedendo a exploração da Loteria Federal ao segundo colocado, de cujo grupo faz parte, segundo é voz corrente, o seu filho Silveirinha.

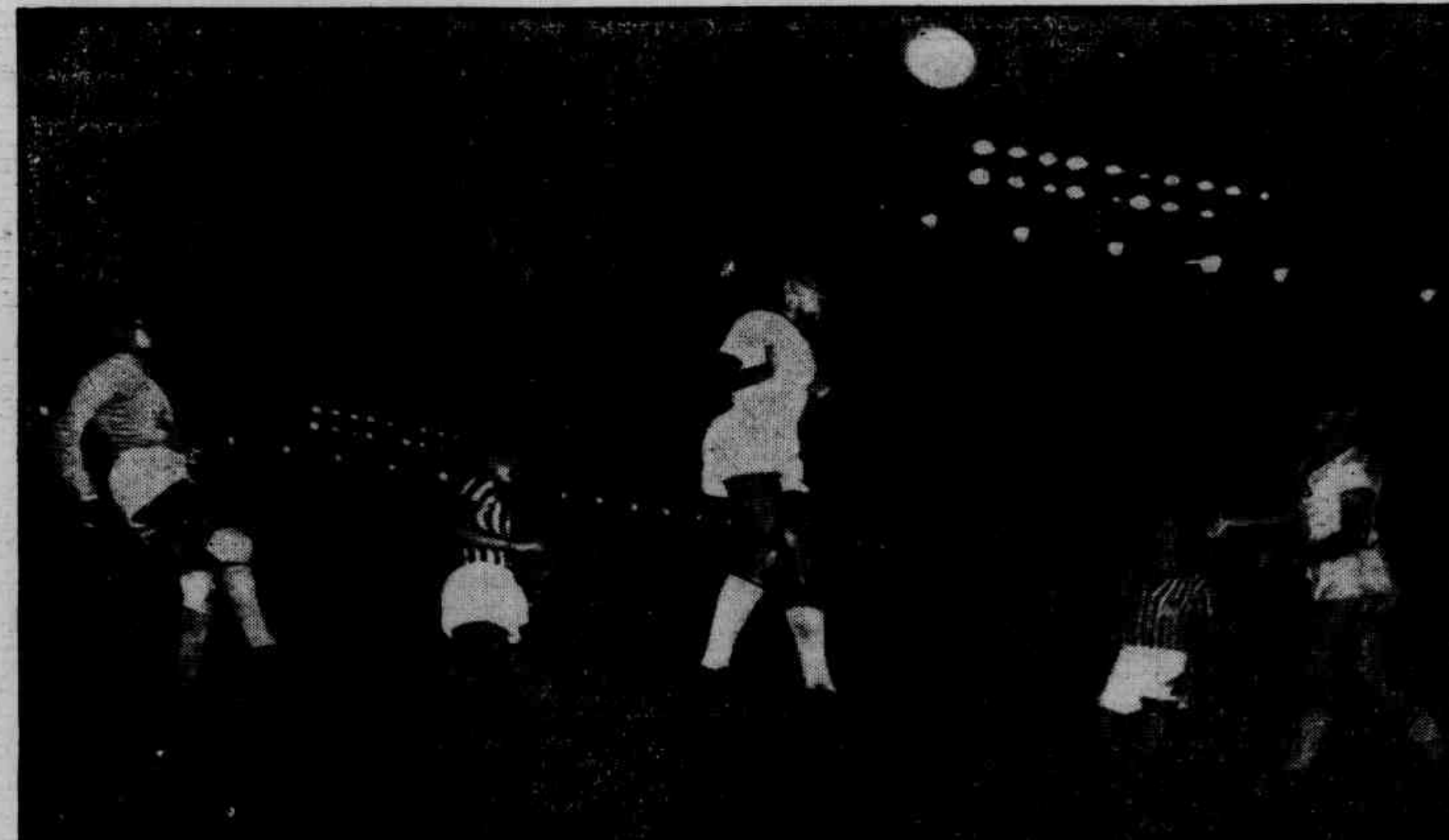
Se tal acontecer, ai, sim, é que os interesses do Tesouro estarão prejudicados, pois a diferença entre o primeiro e o segundo colocados é de 95 milhões de cruzeiros.

Parece-nos, todavia, que esse fato pouco importa ao sr. Guilherme da Silveira, como também não lhe importa a situação de angústia, aflição e insegurança dos deserdados da sorte — os vendedores de bilhetes — paralisados e aleijados, dispersos por esse Brasil afora, para os quais já vêm faltando o pão, pois que, por obra e graça do sr. Guilherme da Silveira, viram-se privados, de forma cruel, do seu honesto meio de subsistência. Não será de admirar que, dentro em pouco, o noticiário policial dos jornais comecem a estampar notícias de suicídios, em que os protagonistas sejam antigos vendedores de bilhetes que não puderam suportar a adversidade, como aconteceu com vários ex-funcionários do D.N.C., que não quiseram ou não tiveram forças para suportar o esfacelamento de suas famílias, outrora felizes.

O prejuízo momentâneo, que a Nação vem sofrendo, diariamente, com a anulação da concorrência da Loteria Federal, é de cerca de 740 mil cruzeiros.

No momento em que o sr. presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, recentemente paralisou nos gastos no sentido de se poder equilibrar o "deficit" orçamentário, não se compreende que o próprio ministro da Fazenda, a quem cabe a execução dessas patrióticas medidas, venha contribuir com um elevado desfalque na arrecadação das rendas públicas.

Temos a convicção, todavia, de que o honrado sr. presidente da República, invocando a si o processo de concorrência da Loteria Federal, tomará as medidas indicadas na defesa do Erário Público. E' o que espera a Nação".



CENA DE "Ballet" EM SÃO JANUÁRIO — Preparando-se para intervir na disputa pelo ouro, que caia sobre a nuca, "players" cariocas e paulistas foram colhidos pela objetiva em atitudes que mais pareciam de um grupo de "ballet". Salta Alfredo para cabeceira balda e salta Barbosa também para arrecadá-lo. Baltazar e Ademir igualmente estão pulando — o primeiro para "chegar" o goleiro e o segundo já sem possibilidades de participar do movimentado lance

Construída a vitória dos cariocas nos primeiros 33 minutos de jogo

4 x 0, "placard" do prélio de ontem com os paulistas — Desarvoraram-se os bandeirantes com dois tentos de Zizinho, em 5 minutos de peleja — Ipojuca completou a contagem — Expulso Friaça

Uma bela vitória alcançaram, ontem, os cariocas, na primeira peleja da série final do Campeonato Brasileiro, no Estádio de S. Januário, superando os paulistas pelo marcador de 4 tentos a zero. Colhidos de surpresa logo ao primeiro minuto, com um "tento-relâmpago", os bandeirantes deixaram-se desorientar, permitindo que, 4 minutos após, outra bola alcançasse as redes confiadas a Mário. Desarvoraram-se os integrantes da seleção da F.P.F., ante os dois "goals" de sorte que, já aos 33 minutos, viam-se inferiorizados por 4 tentos de diferença, permitindo a representação guanabarina manobrar com desembarço na cancha, dominando, por completo, o encontro, até o final da primeira etapa.

Na fase final os bandeirantes procuraram reacionar, em busca do tento de honra, sendo continuados, todavia, pela defensiva carioca. Por seu turno, retraiu-se a vanguarda metropolitana, preocupando-se menos com a conquista de novos tentos do que com a exibição de preciosismo, resultando, daí, a permanência do marcador de 4x0 até o final da peleja.

DESENVOLVIMENTO DA CONTAGEM

Um minuto após ter Ademir movimentado o jogo, Zizinho, completando com belo "sem pulo" um centro de Chico, abriu a contagem para o selecionado carioca. Aos 5 minutos, novamente Zizinho, aproveitando-se de uma falha do zagueiro Saverio, de pé esquerdo emendou um centro cruzado do Chico, marcando o segundo tento dos cariocas.

Decorridos mais quatro minutos, Ipojuca, arrematando à meia altura, um passe de Zizinho,

conquistou o terceiro tento.

A partir desta conquista, os cariocas se desinteressaram pelo marcador. Era bem visível a superioridade da seleção local, que envolvia completamente o selecionado bandeirante, e os minutos foram correndo com a equipe carioca trocando "passes" e aplicando "lutas", à boca da grande área dos bandeirantes. Aos 33 minutos, porém, Ipojuca, de cabeça, assinalou o quarto tento dos cariocas.

O período complementar transcorreu sem grande movimentação, e o interesse pela peleja ficou reduzido, por força do retraimento do selecionado carioca que, satisfeito com os 4 a 0 da primeira fase, desinteressou-se pela contagem. Enquanto isto o selecionado bandeirante, impossibilitado de armar-se para a reação que esboçara, pelo desentendimento de suas linhas, acabou por conformar-se com a derrota. Com isso, o espetáculo tornou-se um tanto monótono, abrandando, apenas, vez por outra, por manobras bem urdidas do conjunto carioca e — em duas oportunidades — por intervenções de Barbosa.

OS QUADROS
Cariocas — Barbosa; Santos e Juvenal; Alfredo, Eli e Bidele; Maneca, Zizinho, Ademir, Ipojuca e Chico.
Paulistas — Mário; Saverio e Mauro; Bauer, Rui e Neromina; Friaça, Liminha, Baltazar, Pinga e Lima.

Anormalidades — Friaça foi expulso de campo por indisciplina e desrespeito ao árbitro. Após ter sido advertido o "player" bandeirante persistiu no seu intento de impedir Ademir de cobrar um "hand" de Mário, dando isso a ocasião do árbitro, que se verificou nos 14 minutos do primeiro tempo.

Arbitragem — Mário Viana, auxiliado por Gama Malcher e Aristoclio Rocha, foi o juiz da partida.

Boa, a arrecadação

Apesar do tempo ameaçador, boa assistência compareceu ao Estádio de São Januário, tendo as bilheterias arrecadado a soma de Cr\$ 558.576,00.

Lia de Azevedo venceu com méritos, na disputa do "troféu Maria Lenk"

Nancy Passos surpreendeu, alcançando o segundo pôsto — Também Célia Brasil teve bom desempenho — Os resultados da prova de ontem, na piscina do Guanabara

Realizou-se, ontem, na piscina do Guanabara, mais uma disputa do "Troféu Maria Lenk", destinado a consagrar a melhor nadadora nacional na prova dos 200 metros, nado de peito.

Sagrou-se vencedora, nessa prova, a nadadora Lia de Azevedo, do Icarai, que cumpriu excelente "performance", tendo superado por boa margem as suas

adversárias e marcando o tempo de 1'38" 4/10. Com esse tempo, Lia de Azevedo superou Marlene Pinto, da Federação Mineira, que detinha o troféu em seu poder.

NANCY PASSOS SURPREENDEU

A segunda colocação coube a Nancy Passos, do América. A jovem nadadora rubra surpreendeu, fazendo um reaparecimento auspicioso, exibindo-se com desenvoltura. O tempo que registrou foi de 1'32" 2/10.

Também Célia Brasil, do Fluminense, teve boa "performance", cobrindo o percurso em 1'33" 2/10, para chegar ao terceiro posto. Isa T. de Almeida, também do Fluminense, não conseguiu, fazendo a prova em 1'35" 2/10. Yolanda Verissimo, do Icarai, foi a quinta colocada com 1'35" 7/10, e Erica Pernaud, do Fluminense, chegou em último lugar, com 1'39" 5/10.

Importante reunião do C.N.D.

EM PAUTA, O RECURSO DO FLAMENGO E O REQUERIMENTO DA F.M.B.

Deverá reunir-se, esta tarde, com dois assuntos de íntima relevância em pauta, o Conselho Nacional de Desportos. Um dos temas a ser posto em discussão é o da impugnação da eleição do general Cesar Obino, para a presidência da Federação Metropolitana de Pugilismo, feita pelo Flamengo; a outra, prende-se ao requerimento da Federação Metropolitana de Basquetebol, para a extinção da Divisão de Acesso. Estamos informados de que, quanto ao primeiro dos temas em tela, espera-se que venha o Flamengo a retirar a impugnação e, caso não o faça, esta deverá ser rejeitada, em face do voto do relator, Almirante Lemos Basto. No que se relaciona à segunda questão a ser examinada, deverá o Conselho ratificar o despacho do seu presidente, julgando incompetente o órgão para tratar da matéria.



TROCA DE FLAMULAS — Antes do prélio, no centro da cancha, verificou-se uma troca de flamulas, entre Rui e Barbosa, "capitães" das duas equipes. No flagrante acima, vemos os dois "players", tendo ao centro Mario Viana. Por ocasião da cerimônia em referência

COPACABANA — Vende-se excelente apartamento à rua Xavier da Silveira, n.º 98 — ocupando todo o 6.º pavimento — com 3 salas, varanda envidraçada, 3 quartos, 2 banheiros, sendo um completo, copa, cozinha e dependências para empregado — Preço Cr\$ 630.000,00, com financiamento — Informações com Cordeiro Guerra & Cia. Ltda. — Av. Rio Branco, 173 — 14.º andar — Tel. 42-2467 — 52-0119.

INSTITUTO DE REUMATOLOGIA

Tratamento dos Reumatismos (Ciáticas, Nevralgias, Artrites, Lumbago, Gota, etc) e doenças do Coração. Direção: Drs. Nelson Senise, N. Graça Couto, Caia V. Nunes, R. Menezes Oliveira e Enéas Belescent

CONSULTAS DIÁRIAS BOROCABA N.º 696

INTERNAÇÃO FONE: 26-0479

COPACABANA PÔSTO 6

RUA BULHÕES DE CARVALHO, 163 - Apt. N.º 303

Com habite-se — dois quartos, uma sala, varanda cozinha grande, armário embutido e dependências para empregada

FINANCIAMENTO PARTE IAPI, FACILITANDO-SE A PARTE RESTANTE

Ver no local e informações

SEVERO E VILLARES S. A.

AVENIDA FRANKLIN ROOSEVELT, 137 - 9.º ANDAR